

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas....1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elera Renováveis Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



**Shape the future
with confidence**

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de maio de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Emerson', is written over a faint blue circular stamp.

Emerson Pompeu Bassetti
Contador CRC SP-251558/O

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2024	2023	2024	2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.907	68	241.746	82.286
Contas a receber	5	82	1.142	437.889	311.348
Despesas antecipadas	7	9	-	7.059	5.210
Dividendos a receber	26	32.318	76.028	9.329	9.456
Contratos de comercialização de energia	6	-	-	260.838	120.769
Estoques		-	-	32.625	29.458
Impostos a recuperar		27.604	30	92.489	50.422
Outros contas a receber		1	-	6.011	10.416
Total do ativo circulante		61.921	77.268	1.087.986	619.365
Não circulante					
Depósitos restituíveis e valores vinculados	9	-	-	26.469	28.638
Contratos de comercialização de energia	6	-	-	80.253	60.773
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	10	-	-	14.068	14.779
Contas a receber - Indenização	8	-	-	79.283	79.283
Ativo financeiro	13	-	-	17.889	17.907
Investimento	11	1.237.080	2.015.293	67.514	69.380
Imobilizado	12	-	-	2.821.510	2.983.989
Ativo de direito de uso	15	-	-	29.323	20.885
Intangível	14	-	-	60.676	76.820
Depósitos judiciais		162	17	27.315	24.240
Total do ativo não circulante		1.237.242	2.015.310	3.224.300	3.376.694
Total do ativo		1.299.163	2.092.578	4.312.286	3.996.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	16	1.990	1.074	169.492	119.160
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	796.449	100.085	885.990
Impostos e contribuições a recolher		142	272	27.635	30.106
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	10	-	-	2.340	2.466
Contratos de comercialização de energia	6	-	-	272.606	110.463
Instrumento financeiro		-	696	-	696
Salários e encargos sociais		-	-	36.145	36.125
Dividendos a pagar	26	16.236	18.819	31.034	40.780
Passivo de arrendamento	15	-	-	9.562	8.055
Outras contas a pagar		53	-	12.759	2.018
Total do passivo circulante		18.423	817.310	661.658	1.235.859
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	1.892.769	853.818
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	10	-	-	7.992	8.032
Contratos de comercialização de energia	6	-	-	77.407	61.403
Impostos diferidos	25	-	-	4.388	19.963
Provisão para contingências	18	67	2	45.926	41.450
Passivo de arrendamento	15	-	-	30.871	15.530
Outras contas a pagar		-	-	885	1.453
Total do passivo não circulante		67	2	2.060.238	1.001.649
Patrimônio líquido					
Capital social	19	297.885	297.885	297.885	297.885
Perda em transações de capital	19	(15.042)	(15.042)	(15.042)	(15.042)
Reservas de lucros	19	253.284	225.680	253.284	225.680
Ajustes de avaliação patrimonial	19	744.546	766.743	744.546	766.743
		1.280.673	1.275.266	1.280.673	1.275.266
Participação de acionistas não controladores	20	-	-	309.717	483.285
Total do patrimônio líquido		1.280.673	1.275.266	1.590.390	1.758.551
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.299.163	2.092.578	4.312.286	3.996.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	21	-	-	1.596.431	1.434.045
Custo de geração de energia	22	-	-	(1.076.723)	(795.859)
Lucro bruto		-	-	519.708	638.186
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	22	(2.411)	(188)	(133.943)	(162.602)
Resultado com equivalência patrimonial	11	128.011	239.733	18.658	18.911
Outras (despesas) receitas operacionais	23	(19)	(2)	(65.647)	(70.374)
		125.582	239.543	(180.932)	(214.065)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		125.582	239.543	338.776	424.121
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	461	4.552	34.283	43.993
Despesas financeiras	24	(61.096)	(3.288)	(247.773)	(142.935)
		(60.634)	1.264	(213.490)	(98.942)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		64.947	240.807	125.286	325.179
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	25	-	(232)	(34.435)	(32.888)
Diferido	25	-	-	15.576	6.286
		-	(232)	(18.859)	(26.602)
Lucro líquido do exercício		64.947	240.575	106.427	298.577
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Controladora		64.947	240.575	64.947	240.575
Acionistas não controladores	20	-	-	41.480	58.002
Lucro básico por ação	19	0,09	0,23	0,17	0,23
Lucro diluído por ação	19	0,09	0,23	0,14	0,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	64.947	240.575	106.427	325.857
Outros resultados abrangentes				
Hedge de fluo de caixa líquido de impostos	696	(696)	-	(696)
Total de resultados abrangentes do exercício	65.643	239.879	106.427	325.161
Lucro líquido do exercício atribuível a:				
Controladora	64.947	240.575	64.947	272.595
Acionistas não controladores	-	-	41.480	53.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas	Capital social	Perda em transações de capital	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
			Reserva legal	Retenção de lucros						
Saldos em 31 de dezembro de 2022	901.439	(15.042)	95.556	264.684	790.866	-	-	2.037.503	496.277	2.533.780
Redução de capital ocorrida no exercício	(603.554)	-	-	-	-	-	-	(603.554)	-	(603.554)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	19.c	-	-	(264.684)	-	-	-	(264.684)	-	(264.684)
Declaração de dividendos para acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(57.347)	(57.347)
Amortização reserva de reavaliação		-	-	-	(24.123)	-	24.123	-	-	-
Resultado líquido do hedge de fluxo de caixa	17	-	-	-	-	(696)	-	(696)	-	(696)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	240.575	240.575	58.002	298.577
Reversão de reserva legal	18.b	-	(35.979)	35.979	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18.b	-	-	-	-	-	(133.878)	(133.878)	(13.647)	(147.525)
Reserva de dividendos complementares	18.b	-	-	130.820	-	-	(130.820)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	297.885	(15.042)	59.577	166.799	766.743	(696)	-	1.275.266	483.285	1.758.551
Redução de capital para acionistas não controladores	20	-	-	-	-	-	-	-	(143.140)	(143.140)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	18.c	-	-	(44.000)	-	-	-	(44.000)	-	(44.000)
Declaração de dividendos para acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(62.726)	(62.726)
Amortização reserva de reavaliação		-	-	-	(22.197)	-	22.197	-	-	-
Resultado líquido do hedge de fluxo de caixa	17	-	-	-	-	696	-	696	-	696
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	64.947	64.947	41.480	106.427
Dividendos mínimos obrigatórios	18.b	-	-	-	-	-	(16.236)	(16.236)	(9.182)	(25.418)
Reserva de dividendos complementares	18.b	-	-	70.908	-	-	(70.908)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	297.885	(15.042)	59.577	193.707	744.546	-	-	1.280.673	309.717	1.590.390

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2024	2023	2024	2023
Atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		64.947	240.807	125.286	298.577
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa					
Depreciação e amortização de ágio alocado em ativo imobilizado	12	-	-	210.765	239.200
Amortização do intangível	14	-	-	12.805	12.821
Empréstimos e financiamentos – provisão de juros	10 e 17	39.634	853	192.823	129.607
Empréstimos e financiamentos – despesa de contratação	17	-	-	(10.646)	(5.273)
Amortização de arrendamento	15	-	-	11.650	10.023
Juros sobre arrendamento	15	-	-	6.566	3.282
Baixa de ativo imobilizado	12 e 14	-	-	(560)	3.339
Baixa de ativo intangível	14	-	-	3.358	6.176
Resultado de equivalência patrimonial	11	(128.011)	(239.733)	(18.658)	(18.911)
Marcação a mercado dos instrumentos financeiros	6	-	-	18.598	(4.025)
Provisão para contingências	18	65	2	4.476	23.495
Instrumentos financeiros derivativos		(696)	696	(696)	696
Impairment	12	-	-	-	27.743
Atualização de Ativo Financeiro	12	18	-	18	(2.853)
Variação cambial em empréstimos	17	21.359	(4.404)	21.359	(4.404)
Atualização monetária do UBP e ativo financeiro	10	-	-	339	417
Amortização do UBP e ativo financeiro	10	-	-	711	991
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a receber		1.060	(1.142)	(126.541)	3.308
Estoques		-	-	(3.167)	(2.243)
Impostos a recuperar		(27.574)	(2)	(42.067)	984
Despesas antecipadas		(9)	-	(1.849)	538
Depósitos judiciais		(145)	(12)	(3.075)	(2.698)
Outros		(1)	-	4.402	11.565
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Contas a pagar		916	1.072	50.332	(7.297)
Salários e encargos sociais		-	-	20	(3.608)
Impostos e contribuições a recolher		(130)	40	(5.246)	2.942
Outras contas a pagar		55	-	10.173	(4.468)
(-) Uso do Bem Público (UBP) - direito de outorga - pagamento		-	-	(505)	(5.225)
(-) Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros		(40.487)	-	(173.671)	(112.422)
(+) Dividendos recebidos		294.951	295.744	20.652	28.114
(-) Pagamento do imposto de renda e da contribuição social		-	-	(49.138)	(25.366)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		225.934	293.921	258.513	624.564
Atividades de investimento					
Depósitos restituíveis e valores vinculados		-	-	2.169	922
Recebimento de indenização sobre ativo financeiro	13	-	-	-	711
Aquisição de bens para o ativo imobilizado e intangível	12 e 14	-	-	(47.745)	(53.250)
Redução de capital em empresas investidas		636.860	-	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		636.860	295.744	(45.576)	(51.617)
Atividades de financiamento					
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	800.000	1.130.560	800.000
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	17	(816.955)	-	(907.379)	(103.689)
Dividendos pagos		(44.000)	(490.324)	(123.737)	(629.257)
Pagamento de principal e juros de arrendamento	15	-	-	(9.781)	(13.263)
Redução de capital	19 e 20	-	(603.554)	(143.140)	(603.554)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(860.955)	(293.878)	(53.477)	(549.763)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		1.839	43	159.460	23.184
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro de 2024		68	25	82.286	59.102
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro de 2024		1.907	68	241.746	82.286

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Elera Renováveis Participações S.A. (“Controladora”, “Companhia” ou “BERPAR” e “Grupo” quando em conjunto com suas controladas) é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Condomínio Parque da Cidade – Torre Paineira – 3º andar, bairro Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.794-000, tendo como objeto social a participação em outras Companhias, como sócia, quotista ou acionista, em especial Companhias que objetivem a exploração de atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, prestação de serviços de operação e manutenção de usinas hidrelétricas e termoeletricas, anteriormente denominada Elera Renováveis Participações S.A. A Companhia foi constituída por uma Assembleia Geral de Constituição ocorrida em 10 de setembro de 2007.

Suas empresas controladas atuam no segmento de construção, implantação, manutenção, operação e exploração de Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”), e de Usinas Hidrelétricas (“UHEs”) e estão apresentados na nota explicativa 11.

PCHs exploradas indiretamente e que detêm autorizações

A Companhia por meio de suas controladas indiretas Energética Rio Pedrinho Ltda., Elera Renováveis Minas Gerais S.A., Água Clara Energética S.A., Energética Campos de Cima da Serra Ltda., Energética Salto Natal S.A., Riachão Energética Ltda., Rio Pomba Energética Ltda., Rio Glória Energética Ltda., Rio Manhuaçu Energética Ltda., Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda., São Geraldo Energética Ltda., Salto Jauru Energética S.A., Lumbrás Energética S.A., Energética Ponte Alta S.A., Pezzi Energética S.A., Serra dos Cavalinhos I Energética S.A., Serra dos Cavalinhos II Energética S.A., Lagoa Azul Energética S.A., Serra Negra Energética S.A., Caçador Energética S.A., Cotiporã Energética S.A. e Linha Emília Energética S.A. detêm autorizações de geração outorgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração das seguintes PCHs, na forma de produtores independentes de energia:

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional—Continuação

PCH	Potência em MW	Nº da autorização ANEEL	Vencimento do prazo da autorização	Local
<i>Passo do Meio</i>	<i>30,00</i>	<i>227/2000</i>	<i>Out/2033</i>	<i>Bom Jesus e São Francisco de Paula - RS</i>
<i>Pedrinho I</i>	<i>16,20</i>	<i>39/1999</i>	<i>Out/2033</i>	<i>Boa Ventura de São Roque - PR</i>
<i>Anna Maria</i>	<i>1,68</i>	<i>7/2000</i>	<i>Jul/2031</i>	<i>Santos Dumont - MG</i>
<i>Guary</i>	<i>5,40</i>	<i>6/2000</i>	<i>Mai/2031</i>	<i>Santos Dumont - MG</i>
<i>Salto Natal</i>	<i>15,12</i>	<i>231/2000</i>	<i>Nov/2033</i>	<i>Campo Mourão - PR</i>
<i>Riachão</i>	<i>13,40</i>	<i>117/2001</i>	<i>Nov/2036</i>	<i>Mambaí e Buritinópolis - GO</i>
<i>Ivan Botelho II</i>	<i>12,40</i>	<i>352/1999</i>	<i>Nov/2033</i>	<i>Guarani - MG</i>
<i>Ivan Botelho III</i>	<i>24,40</i>	<i>347/1999</i>	<i>Jan/2035</i>	<i>Astolfo Dutra - MG</i>
<i>Ormeo Junqueira Botelho</i>	<i>22,70</i>	<i>346/2000</i>	<i>Dez/2033</i>	<i>Muriaé - MG</i>
<i>Benjamim Mario Baptista</i>	<i>9,00</i>	<i>106/1999</i>	<i>Mar/2031</i>	<i>Manhuaçu - MG</i>
<i>Ivan Botelho I</i>	<i>24,30</i>	<i>346/1999</i>	<i>Mai/2033</i>	<i>Guarani e Descoberto - MG</i>
<i>Túlio Cordeiro Mello</i>	<i>15,80</i>	<i>451/2000</i>	<i>Jul/2033</i>	<i>Abre Campo - MG</i>
<i>Salto</i>	<i>19,00</i>	<i>215/2001</i>	<i>Dez/2037</i>	<i>Jauru e Indaivaí - MT</i>
<i>Angelina</i>	<i>26,27</i>	<i>55/2001</i>	<i>Mar/2040</i>	<i>Major Gercino e Angelina - SC</i>
<i>Ponte Alta</i>	<i>13,00</i>	<i>717/2003</i>	<i>Jun/2037</i>	<i>São Gabriel do Oeste - MS</i>
<i>Pezzi</i>	<i>19,00</i>	<i>617/2003</i>	<i>Out/2042</i>	<i>Bom Jesus - RS</i>
<i>Serra dos Cavalinhos II</i>	<i>29,025</i>	<i>2.509/2010</i>	<i>Fev/2042</i>	<i>Monte Alegre dos Campos - RS</i>
<i>Serra dos Cavalinhos I</i>	<i>25,00</i>	<i>4.497/2014</i>	<i>Jan/2047</i>	<i>Monte Alegre dos Campos - RS</i>
<i>Foz do Estrela</i>	<i>29,50</i>	<i>696/2003</i>	<i>Nov/2040</i>	<i>Coronel Domingos Soares - PR</i>
<i>Piranhas</i>	<i>18,00</i>	<i>345/1999</i>	<i>Dez/2036</i>	<i>Piranhas - GO</i>
<i>Caçador</i>	<i>22,50</i>	<i>449/2000</i>	<i>Out/2038</i>	<i>Serafina Corrêa e Nova Bassano - RS</i>
<i>Cotiporã</i>	<i>19,50</i>	<i>452/2000</i>	<i>Dez/2038</i>	<i>Cotiporã - RS</i>
<i>Linha Emília</i>	<i>19,50</i>	<i>448/2000</i>	<i>Jan/2039</i>	<i>Dois Lajeados - RS</i>
	<u><u>430,695</u></u>			

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs exploradas indiretamente e que detêm autorizações—Continuação

Originalmente, o prazo de vigência das autorizações das supracitadas PCHs era de 30 anos, contados a partir da data de publicação de suas autorizações. Algumas PCHs tiveram seus prazos de vigência ajustados pela ANEEL, conforme descrito abaixo.

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a PCH João Camilo Penna UHE Barra do Braúna e a UHE Itiquira tiveram a extensão de suas outorgas homologadas.

A UHE Itiquira teve o prazo de outorga estendido até 19 de junho de 2026 por meio do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 2113/1998, assinado em 16 de setembro de 2022, enquanto a UHE Barra do Braúna teve seu prazo estendido até 09 de dezembro de 2038, por meio da assinatura do 6º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2001, em 16 de setembro de 2022. Por fim, a PCH João Camilo Penna, por meio da Resolução Autorizativa nº 12.255, de 05 de julho de 2022, teve seu prazo de outorga estendido para 25 de julho de 2033.

Em 30 de setembro de 2022, por meio do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 213/1998, a UHE Itiquira foi transferida da Itiquira Energética S.A para a Elera Renováveis S.A.

Em 21 de outubro de 2022, por meio do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2021, a UHE Barra do Braúna foi transferida da Barra do Braúna Energética S.A. para a Elera Renováveis S.A.

Os prazos destas concessões podem ainda ser prorrogado uma única vez por mais 30 anos, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019. Por sua vez, a UHE Itiquira teria previsão de prorrogação por mais 20 anos, em atendimento ao disposto no artigo 3º do Decreto s/nº de 14 de dezembro de 1994.

Em 03 de agosto e 14 de setembro de 2021, as Resoluções Homologatórias nº 2919/2021 e 2932/2021 estenderam o prazo das outorgas da PCH Paraíso I e a UHE Assis Chateaubriand, respectivamente, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a PCH Paraíso I e a UHE Assis Chateaubriand tiveram o prazo de suas outorgas alterados para 29 de setembro de 2032 e 10 de fevereiro de 2029, respectivamente.

Em 05 de junho de 2022, após recálculo da CCEE, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.255/2022, que aprovou a extensão do prazo de outorga das UHEs Assis Chateaubriand, Itiquira, Barra do Braúna, João Camilo Penna, para 10 de fevereiro de 2029, 10 de junho de 2026, 09 de dezembro de 2038 e 25 de julho de 2033, respectivamente.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs exploradas indiretamente e que detêm autorizações—Continuação

Em 13 de junho de 2023 a UHE Assis Chateaubriand teve o prazo de outorga estendido até 10 de fevereiro de 2029 por meio do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/1997, assinado em 13 de junho de 2023, enquanto a UHE João Camilo Penna teve seu prazo estendido até 25 de julho de 2033, por meio da assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 002/1996, assinado em 05 de setembro de 2023.

Em 10 de outubro de 2023, após recálculo da CCEE, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que aprovou a extensão do prazo de outorga da PCH Paraíso I, para 07 de junho de 2038.

Ao fim do prazo da concessão, os bens e as instalações necessárias para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebida, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do poder concedente. Para a PCH João Camilo Penna, o valor da indenização será calculado com base no Valor Novo de Reposição (VNR), estabelecido pela MP 579, convertida na Lei 12.783/2013.

Além da PCH João Camilo Penna, fazem parte do contrato de concessão da controlada Zona da Mata os seguintes registros de geração publicados pela ANEEL para exploração de CGHs.

<i>CGH</i>	<i>Potência em MW</i>	<i>Registro da ANEEL</i>	<i>Registro até</i>	<i>Local</i>
<i>Miguel Pereira</i>	<i>0,74</i>	<i>Ofício 91/1998</i>	<i>Sem prazo</i>	<i>Miraf – MG</i>
<i>Santa Cecília</i>	<i>0,42</i>	<i>Ofício 91/1998</i>	<i>Sem prazo</i>	<i>Miraf – MG</i>
<i>Roça Grande</i>	<i>0,77</i>	<i>Ofício 91/1998</i>	<i>Sem prazo</i>	<i>Manhuaçu – MG</i>
<i>Cachoeira Alta</i>	<i>0,30</i>	<i>Ofício 91/1998</i>	<i>Sem prazo</i>	<i>Manhumirim – MG</i>
<i>Matipó</i>	<i>0,42</i>	<i>Ofício 91/1998</i>	<i>Sem prazo</i>	<i>Matipó – MG</i>
	<u><i>2,65</i></u>			

As usinas sob regime de registro seguem o determinado na Lei nº 9.074/95, alterada pela Lei nº 13.360/16, que prevê prazo indeterminado para exploração devendo cumprir com as normas da agência reguladora atinentes, principalmente em relação à fiscalização.

O leilão para as concessões existentes ocorreu no dia 25 de novembro de 2015, no qual a CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais S.A.) adquiriu a concessão de todas as usinas do estado de Minas Gerais participantes do leilão.

No dia 17 de dezembro de 2015, a Zona da Mata recebeu da Eletrobrás o pagamento da indenização da UHE Neblina, conforme divulgado na Portaria Interministerial nº 602, de 29 de novembro de 2012, cujo montante corrigido é no valor aproximado de R\$12.780. Ocorre que o valor da indenização foi parcelado mensalmente durante 7 anos, o que resultou em uma ação judicial para reconhecimento do devido ressarcimento.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs e UHEs exploradas diretamente e que detêm concessões—Continuação

Diante desse fato, Zona da Mata obteve mandato de segurança que lhe garantiu o devido reconhecimento do pagamento único e à vista do valor devido. Em atendimento à ordem judicial proferida nos autos do Pedido de Efeito Suspensivo nº 0049778-75.2017.4.01.0000, em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, relativos às indenizações das UHEs Coronel Domiciano e Ervália, a CCEE realizou em 28 de dezembro de 2018 o depósito de R\$32.123 na conta da Zona da Mata. Nos termos da Portaria nº 458/2015 do MME, de 01 de Outubro de 2015, a Zona da Mata realizou a solicitação de depósito complementar junto a CCEE, assim como a realização dos depósitos mensais subsequentes, devidamente atualizados, tal como determinado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Por sua vez, a usina Maurício, também detida por Zona da Mata, teve seu pedido de extinção da outorga aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Autorizativa 4.467/2013, publicada em 02 de janeiro de 2014. Nesse caso, não houve questionamento sobre o ressarcimento devido.

Vigência dos contratos de venda de energia (PPA)

As controladas diretas e indiretas possuem contratos de compra e venda de energia (PPA) de acordo com as seguintes principais características:

Indústria	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Distribuidora de energia	01/01/2008	07/07/2052
Partes relacionadas	01/01/2013	31/12/2030
Consumidores livres de energia	01/01/2010	30/11/2030
Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A.	30/09/2006	19/06/2029

1.1 Continuidade operacional

Administração da Companhia entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo. Nesse contexto, a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária ("Lei nº 6.404/76"), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 ("Lei nº 11.638/07"), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 ("Lei nº 11.941/09"), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela diretoria na sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. Certas reclassificações foram realizadas para melhor apresentação e comparabilidade. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O Grupo adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 30 de maio de 2025.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas— Continuação

2.4 Base de consolidação das demonstrações financeiras

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Controladas

As controladas são consolidadas integralmente, a partir da data em que o controle Controladas são todas as companhias (incluindo as companhias de propósito específico) nas quais a Companhia (inclui controladora e suas controladas) tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre entidades da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda impairment do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido. Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, por participação direta no capital social, como segue:

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas— Continuação

2.4 Base de consolidação das demonstrações financeiras—Continuação

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Controladas—Cotinuação

	Percentuais de participação	
	2024	2023
Controladas diretas		
Elera Renováveis S.A. (*)	81,65%	81,65%
Controladas indiretas		
Água Clara Energética S.A.	100%	100%
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	100%	100%
Elera Renováveis Minas Gerais S.A.	100%	100%
Cachoeira Escura Energética S.A.	100%	100%
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	100%	100%
Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE	100%	100%
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	100%	100%
Energética Ponte Alta S.A.	100%	100%
Energética Rio Pedrinho Ltda.	100%	100%
Energética Salto Natal S.A.	100%	100%
Igarapé Energética Ltda.	100%	100%
Lagoa Azul Energética S.A.	100%	100%
Manon Energia S.A.	100%	100%
Lumbrás Energética S.A.	100%	100%
Pezzi Energética S.A.	100%	100%
Riachão Energética Ltda.	100%	100%
Rio Glória Energética Ltda.	100%	100%
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	100%	100%
Rio Pomba Energética Ltda.	100%	100%
Salto Jauru Energética S.A.	76,08%	76,08%
Santa Clara Energética Ltda.	100%	100%
São Geraldo Energética Ltda.	100%	100%
São Luiz Energética S.A.	100%	100%
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	100%	100%
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	100%	100%
Zona da Mata Geração S.A.	100%	100%
Controladas indiretas		
Caçador Energética S.A.	100%	100%
Cotiporã Energética S.A.	100%	100%
Linha Emília Energética S.A.	100%	100%
Serra Negra Energética S.A.	70%	70%
Bela Vista Energética Ltda.	100%	100%
Pantanal Energética Ltda.	100%	100%

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas-- Continuação

2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado (nota 11);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota 14);
- Amortização do intangível (nota 13)
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 3.6);
- Provisão para demandas judiciais (nota 17).

3. Políticas contábeis materiais

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber, para o saldo de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos restituíveis e caixa restrito, partes relacionadas e dividendos a receber.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) Classificação e mensuração

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Classificação e mensuração--Continuação

Custo amortizado--Continuação

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber, despesas antecipadas, contas a receber com partes relacionadas e dividendos a receber.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

d) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

e) Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificadas evidências de *impairment*.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar, dividendos a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamento.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

A Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) *Mensuração subsequente*--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, todos os passivos financeiros da Companhia estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

c) *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2024 e de 2023. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

3.3 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

3.5 Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na Nota 9 e os critérios de depreciação são demonstrados na Nota 9.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais—Continuação

3.5 Imobilizado—Continuação

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.6 Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Administração avaliou e conclui que não há indicativos de *impairment*.

3.7 Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.7 Provisões--Continuação

(a) Provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados; e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

(b) Provisão para desmobilização

A provisão para desmobilização/desmantelamento de ativos do parque solar considera que a entidade assumiu obrigação de retirada de ativos ao final do prazo do contrato de arrendamento das terras onde está instalado. A provisão foi inicialmente mensurada ao valor justo e, posteriormente, é ajustada ao valor presente e por mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais—Continuação

3.8 Imposto de renda e contribuição social—Continuação

Imposto de renda e contribuição social - correntes—Continuação

Exceto para Companhia e as controladas JUBA e AFONSO, cujo imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável, as demais controladas apuram seus impostos com base no lucro presumido, facultado pela legislação tributária às companhias cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000 no ano calendário anterior. Os impostos são apurados mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais—Continuação

3.9 Arrendamentos—Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.10 Ativo financeiro

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio de reajuste ou revisão tarifária da distribuidora de energia, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.11 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.12 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

3.13 Apuração do resultado

a) Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional do curso normal das atividades das Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

É estabelecido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, o modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato com as distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

A receita proveniente de contratos de auto-produção é reconhecida na realização dos termos dos contratos de arrendamento de equipamentos e de terrenos necessários para a operação dos clientes auto-produtores. A receita dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento no qual os serviços são prestados pela Companhia. Essas receitas correspondem aos custos de arrendamento de terrenos e de gestão de operação e manutenção, adicionados de uma margem bruta residual.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais—Continuação

3.13 Apuração do resultado—Continuação

b) Custos de serviços—Continuação

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

3.14 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com <i>covenants</i>	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa		01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de financiamento de fornecedores	01.01.2024
CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado	Alterações redacionais Inclusão de seções explicativas e origem da DVA Atualização das divulgações requeridas no grupo de perda e recuperação de valores ativos	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIÖ)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e depósitos bancários	50	68	30.777	17.354
Aplicações financeiras	1.857	-	210.969	64.932
Total	1.907	68	241.746	82.286

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente.

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2024	2023	2024	2023
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	-	-	78.629	-
Banco Bradesco	CDB	CDI	-	-	1.190	-
Banco Itaú S.A.	Compromissada	CDI	-	-	3.895	54.694
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	1.857	-	127.256	10.238
			1.857	-	210.970	64.932

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Venda de energia	-	-	176.462	204.580
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	-	-	49.424	24.363
Contas a receber – partes relacionadas (Nota 26)	82	1.142	212.002	82.405
	82	1.142	311.348	311.348

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo a vencer	82	1.142	70.405	249.077
Saldo vencido até 30 dias	-	-	120.392	36.443
Saldo vencido de 31 a 90 dias	-	-	65.010	6.922
Saldo vencido de 91 a 180 dias	-	-	13.720	4.238
Saldo vencido de 181 a 365 dias	-	-	168.362	14.668
Total	82	1.142	437.889	311.348

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber, considerando as características do mercado em que atua, a expectativa da Administração.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contratos de comercialização de energia

A controlada direta da Companhia, Elera Comercializadora Ltda. (BET), opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Brookfield Energia Comercializadora Ltda., que foi reconhecido pelo seu valor justo e foram mensuradas através de dados observáveis de preço futuro de energia através da CCEE sendo este uma mensuração de valor justo de nível 2 de acordo como o CPC 48. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, no montante negativo de R\$ 8.922 para o resultado do consolidado foi reconhecida, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2024	2023
Comercialização de energia		
Marcação a mercado dos contratos de vendas	341.091	181.542
Marcação a mercado dos contratos de compras	(350.013)	(171.866)
Valor justo de marcação a mercado de instrumentos financeiros	(8.922)	9.676

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data-base 31 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia teve um resultado negativo de R\$ 18.598 (R\$4.025 positivo em 31 de dezembro de 2023).

	Consolidado	
	2024	2023
Contrato de comercialização de energia		
Ativo		
Circulante	260.838	120.769
Não Circulante	80.253	60.773
Valor justo de marcação a mercado dos instrumentos financeiros	341.091	181.542

	Consolidado	
	2024	2023
Contrato de comercialização de energia		
Passivo		
Circulante	272.606	110.463
Não Circulante	77.407	61.403
Valor justo de marcação a mercado dos instrumentos financeiros	350.013	171.866

A controlada direta da Companhia, Elera Comercializadora Ltda., tem como política pré-estabelecida de efetuar operações de comercialização de energia com prazo máximo de dois anos.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Despesas antecipadas

A composição das despesas antecipadas é a seguinte:

	Consolidado	
	2024	2023
Prêmio de seguro de risco operacional	7.059	5.210
Total	7.059	5.210

Durante o exercício de 2015 foram publicadas a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, que estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica por agentes participantes Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, com o objetivo de buscar uma solução para condições hidrológicas adversas.

8. Contas a receber – Indenização

A composição do contas a receber por indenização é a seguinte:

	Consolidado	
	2024	2023
Indenização Neblina e Sinceridade	79.283	79.283
Total	79.283	79.283

A controlada Zona da Mata busca, por meio da ação nº 0001189-76.2013.4.01.3400, indenização pela continuidade dos negócios decorrente da demora excessiva na análise e julgamento pelo órgão regulador nacional de energia (“ANEEL”) e União Federal, em relação ao pedido da Zona da Mata de renovação da concessão das PCHs Neblina e Sinceridade.

Apesar do Governo Federal ter declarado que as condições para a renovação estavam cumpridas, o referido processo administrativo demorou mais de 7 anos, havendo indícios de que pelo menos quase 5 anos se deveram exclusivamente a questões burocráticas. Essa renovação das referidas concessões, à época, era amparada pela Lei 9.074/1995, aplicável ao nosso caso particular. Nos termos da referida lei, tal renovação era viável.

Uma das consequências dessa demora, culminou com o fato do pedido da Zona da Mata ter sido prejudicado pela publicação da medida provisória 579/2012, que posteriormente se transformou na lei 12.783/2013, que alterou substancialmente as regras para a renovação da concessão das PCHs, não mais permitindo sua viabilidade econômica.

Em julho de 2019 o Tribunal Regional Federal (“TRF”) acolheu o pedido da Zona da Mata e condenou a União Federal ao pagamento de acordo com a continuidade da operação a ser calculado oportunamente na decisão final do processo.

Posteriormente à decisão do TRF, a União Federal e a ANEEL recorreram em diversas oportunidades. Tais recursos foram todos negados pelos Tribunais. Mais recentemente, a

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber – Indenização—Continuação

ANEEL e a União Federal interpuseram os chamados “recursos especial e extraordinário”, apresentados no 1º trimestre de 2022 ao Superior Tribunal de Justiça e aguardando o seu exame de provimento.

O processo transitou em julgado em 10 de agosto de 2024 e, conseqüentemente, é entendimento pela diretoria que a realização da receita do referido processo judicial passa a ser praticamente certa e de acordo com o CPC 25, parágrafo 33 tal rubrica não deverá ser oferecida à tributação, por se tratar de indenização reparatória de danos, os quais foram provocados pelo Poder Público, além de não representar acréscido patrimonial definitivo, mas tão somente sua mera recomposição, adicionado o fato que a natureza de indenização não se enquadra no conceito jurídico-constitucional de renda, lucro ou receita.

A decisão do TRF, acima mencionada, referiu-se à indenização referente aos ganhos que a Zona da Mata foi privada por não ter conseguido renovar a concessão das PCHs Neblina e Sinceridade. A Companhia entende que os proventos calculados de acordo com os parâmetros e premissas regulatórias que são de domínio público através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e estão atualmente estimados em R\$ 79.283.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Depósitos restituíveis e valores vinculados

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Consolidado	
			2024	2023
Banco Itaú S.A.	Fundos	CDI	15.096	17.805
Banco Santander S.A.	Fundos	CDI	11.373	10.833
			26.469	28.638

As investidas da Companhia (Serra dos Cavalinhos I Energética S.A., Serra dos Cavalinhos II Energética S.A., Pezzi Energética S.A. e São Luiz Energética S.A.) possuem depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

10. Uso de Bem Público – UBP – Direitos de Outorga

A Companhia, como retribuição pela outorga a ela concessão para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Barra do Braúna, desembolsará à União, ao longo do prazo de vigência do Contrato de Concessão e enquanto o estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido nos contratos de concessão, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M.

A primeira parcela foi desembolsada no início da operação comercial da 1ª unidade geradora e a última parcela ocorrerá no término da concessão.

O saldo do ativo é amortizado pelo prazo da concessão desde o momento em que a usina entrou em operação. O saldo do passivo é atualizado mensalmente pelos encargos financeiros (*pró-rata temporis*), conforme determinado no respectivo contrato de concessão, e a contrapartida dessa atualização monetária é registrada como despesa financeira - variação monetária passiva. O valor presente das parcelas foi calculado utilizando uma taxa de desconto de 3,5% ao ano tomando como base TJLP na data da concessão de 8% e a expectativa de inflação em 3,75%.

Movimentação do Uso do Bem Público - Direitos de Outorga:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	14.779	15.770
Amortização	(711)	(991)
Saldo final	14.068	14.779

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Uso de Bem Público – UBP – Direitos de outorga--Continuação

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	10.498	15.306
Atualização monetária provisionada	338	338
Juros provisionados	1	79
Pagamento	(505)	(5.225)
Total	10.332	10.498
Passivo circulante	2.340	2.466
Passivo não circulante	7.992	8.032

(*) Durante o exercício de 2024 houve uma diferença entre o valor calculado e emitido pela CCEE para pagamento mensal do UBP, essa diferença no montante total de R\$ 4.540 foi integralmente paga no primeiro trimestre de 2025.

Os compromissos do passivo não circulante, atualizados até 31 de dezembro de 2024, estão assim distribuídos:

2026	2.466
2027	2.466
Após 2027	3.060
	7.992

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimento (Controladora)

	Participação sobre o capital total		Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Valor dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Investida										
Controladas										
Elera Renováveis S.A.	81,65%	81,65%	1.115.125	2.468.249	156.782	293.615	1.237.080	2.015.293	128.011	239.733
Total – Controladora					156.782	293.615	1.237.080	2.015.293	128.011	239.733
Não controladas										
Galera Centrais Elétricas S.A.	50,00%	50,00%	135.029	138.757	37.135	37.823	67.511	69.378	18.658	18.911
Total – Consolidado					37.135	37.813	67.511	69.380	18.658	18.911

Na controladora, a movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Controladas	Saldo em 2023	Equivalência patrimonial	Dividendos	Redução de capital	Saldo em 2024	Saldo em 2022	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 2023
Elera Renováveis S.A.	2.015.294	128.011	(269.365)	(636.860)	1.237.080	2.059.371	239.733	(283.809)	2.015.294

Principais informações sobre empresas controladas

	2024				2023			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Elera Renováveis S.A.	3.543.348	2.028.223	1.515.125	156.783	3.333.098	864.849	2.468.249	293.615

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos (Controladora)—Continuação

Movimentação do investimento em empresas não controladas

Investidas	Saldo em 2023	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 2024	Saldo em 2022	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 2023
Galera Centrais Elétricas S.A.	69.379	18.658	(20.523)	69.379	75.015	18.911	(24.547)	69.379
	69.379	18.658	(20.523)	69.379	75.015	18.911	(24.547)	69.379

Principais informações sobre as empresas não controladas

	2024				2023			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Galera Centrais Elétricas S.A.	156.511	21.489	135.022	37.135	159.273	20.516	138.757	37.882

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

Movimentação do imobilizado do consolidado

	Em serviço				Em curso				
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	Impairment	Mais Valia	Total
31 de dezembro de 2022	57.359	1.162.318	3.893.284	626.784	20.444	113.372	(2.408)	400.310	6.271.463
Adições	-	400	1.430	-	1.719	48.632	-	-	52.181
Baixas	(3)	(304)	-	-	(1.093)	(2.007)	-	-	(3.407)
Impairment (*)	-	-	-	-	-	-	(23.983)	(3.760)	(27.743)
Transferências	8.988	98.723	(125.677)	70.983	268	(53.285)	-	-	-
31 de dezembro de 2023	66.344	1.261.137	3.769.037	697.767	21.338	106.712	(26.391)	396.550	6.292.494
Adições	-	-	-	-	3.792	43.933	-	-	47.725
Baixas	-	(7.339)	(862)	(26)	(1.548)	(1.313)	-	-	(11.088)
Transferências	858	20.960	6.234	1.944	(374)	(29.622)	-	-	-
31 de dezembro de 2024	67.202	1.274.758	3.774.409	699.685	23.208	119.710	(26.391)	396.550	6.329.131
31 de dezembro de 2022	(23.178)	(655.444)	(1.859.415)	(276.873)	-	-	493	(254.955)	(3.069.372)
Adições de depreciação	(1.211)	(72.343)	(111.056)	(25.399)	-	-	225	(29.416)	(239.200)
Baixa	-	68	-	-	-	-	-	-	68
Incorporação	-	(13.057)	62.939	(49.882)	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2023	(24.389)	(740.776)	(1.907.532)	(352.154)	-	-	718	(284.371)	(3.308.504)
Adições de depreciação	(2.721)	(56.420)	(102.048)	(24.109)	-	-	142	(25.609)	(210.765)
Baixas de depreciação	-	5.408	6.223	17	-	-	-	-	11.648
31 de dezembro de 2024	(27.110)	(791.788)	(2.003.357)	(376.246)	-	-	860	(309.980)	(3.507.621)
Total em 31 de dezembro de 2023	41.955	520.361	1.861.505	345.613	21.338	106.712	(25.673)	112.179	2.983.990
Total em 31 de dezembro de 2024	40.092	482.790	1.771.052	323.439	23.208	119.710	(25.531)	86.570	2.821.510

(*) Durante o exercício de 2023 o Grupo registrou um impairment de R\$ 27.743 correspondendo da seguinte forma: (i) R\$ 22.450 referente a Itiquira, sendo R\$ 3.760 deduzido da mais valia ainda restante desse ativo adicionado a controladora com a incorporação da Itiquira; (ii) R\$ 5.293 referente ao impairment reconhecido na controlada Agua Clara.

(**) Durante o exercício de 2023 o Grupo realizou transferências no ativo imobilizado, não houve alteração de estimativa e vida útil.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuação

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2024 e 2023 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual, e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

A Companhia para seu ativo imobilizado adotada como referência as informações do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, sendo as taxas que representam e correspondem de forma razoável e adequada a taxa de vida útil dos ativos imobilizados, em consonância com a norma CPC 27. Administração acredita que em suas demonstrações financeiras está refletida adequadamente a depreciação, sendo que esta reflete a vida útil dos seus ativos imobilizados em consonância com os pronunciamentos contábeis vigentes (CPC 27 e normas aplicáveis ao setor elétrico).

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos ((impairment)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

O Grupo analisou em 31 de dezembro de 2024 o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado—Continuação

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos ((impairment)--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023 o Grupo reconheceu nas suas demonstrações financeiras consolidadas o montante de R\$27.743 como outras despesas operacionais (nota 22), sendo R\$ 22.450 reconhecido na controlada considerando a avaliação do valor em uso da unidade geradora de caixa Itiquira, adicionada à controladora por incorporação em 2022 e R\$ 5.293 considerando a avaliação do valor em uso da unidade geradora de caixa Água Clara.

O Grupo possui em seu ativo consolidado uma provisão de impairment reconhecida em 2023 sendo:

Empresa	2023	
	Custo	Impacto no resultado
Água Clara Energética S.A.	5.293	5.293
Elera Renováveis S.A. (Itiquira)	22.450	22.450
	27.743	27.743

c) Adoção do custo atribuído (deemed cost)

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), as controladas diretas e indiretas da Companhia optaram durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela avaliação do custo atribuído dos bens integrados do ativo imobilizado (somente para os bens referentes à operação da usina).

Os valores atribuídos foram determinados por meio do fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo em 1º de janeiro de 2009 e em 1º de janeiro de 2010 de R\$ 1.783.654 e de R\$ 108.066, respectivamente, registrado no ativo imobilizado consolidado. Nos saldos do imobilizado da controladora são considerados o imobilizado administrativo e não foi efetuado ajuste por valores atribuídos para este imobilizado, pelo fato desses ativos já estarem registrados pelo seu valor justo.

Devido a incorporação da Itiquira Energética S.A. a Elera Renováveis S.A. teve incorporado ao seu imobilizado os valores dos custos atribuídos que foram determinados por meio do fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo em 1º de janeiro de 2009 de R\$ 372.325 registrado no ativo imobilizado da Itiquira. O saldo líquido incorporado pela Elera Renováveis S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 61.237.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Ativo financeiro

Com base nas características estabelecidas no contrato de Concessão 39/1999 e Portaria nº 2/1996, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível, em virtude de a sua recuperação estar condicionada à prestação do serviço público (vendas de energia).

A infraestrutura construída da atividade de geração de energia, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte referente à venda de energia elétrica para seus clientes (emissão do faturamento mensal da medição de energia) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Movimentação do ativo financeiro:

	2024	2023
Saldo inicial	17.907	15.979
Atualização monetária da indenização de Ervália e Coronel Domiciano	(17)	(214)
Recebimento de parcela da indenização de Ervália e Coronel Domiciano	-	(711)
Atualização do ativo financeiro (*)	-	2.853
Total	17.889	17.907

(*) A atualização decorre do aumento da outorga, com isso a Companhia será reembolsada no momento da devolução da usina em um valor menor.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível--Consolidado

Movimentação do intangível consolidado

	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Bens em andamento	Estoque fixo	Total intangível ZMT IFRIC 12	Direito de exploração e concessão	Estudos e projetos	Extensão de outorga	Contrato de cessão onerosa	Total
31 de dezembro de 2022	10.881	14.100	11.508	2.274	811	39.574	158.823	7.177	2.322	57.525	265.421
Adições	-	-	-	887	80	967	-	102	-	-	1.069
Baixas	(7)	-	-	(2.845)	(227)	(3.079)	-	(3.098)	-	-	(6.177)
Transferências	928	(2.245)	304	1.023	-	10	-	-	-	-	10
31 de dezembro de 2023	11.802	11.855	11.812	1.339	664	37.472	158.823	4.181	2.322	57.525	260.323
Adições	-	-	-	20	-	20	-	-	-	-	20
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(4.181)	-	-	(4.181)
Transferências	-	668	-	(669)	1	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2024	11.802	12.523	11.812	690	665	37.492	158.823	-	2.322	57.525	256.162
31 de dezembro de 2022	(7.812)	(6.518)	(9.147)	-	-	(23.483)	(112.374)	-	(160)	(34.667)	(170.678)
Adições de amortização	(971)	(398)	(410)	-	-	(1.779)	(7.688)	-	-	(3.354)	(12.821)
Baixas de amortização	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Transferências	(487)	429	52	-	-	-	-	-	-	-	(6)
31 de dezembro de 2023	(9.269)	(6.487)	(9.505)	-	-	(25.261)	(120.062)	-	(160)	(38.021)	(183.504)
Adições de amortização	(340)	(626)	(179)	-	-	(1.145)	(8.670)	-	-	(2.990)	(12.805)
Baixas de amortização	823	-	-	-	-	823	-	-	-	-	823
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2024	(8.786)	(7.113)	(9.684)	-	-	(25.583)	(128.732)	-	(160)	(41.011)	(195.486)
Total em 31 de dezembro de 2023	2.533	5.368	2.307	1.339	664	12.211	38.761	4.181	2.162	19.504	76.819
Total em 31 de dezembro de 2024	3.016	5.410	2.128	690	665	11.909	30.091	-	2.162	16.514	60.676

(*) Durante o exercício de 2023 foram baixados R\$ 3.098 da conta projetos e estudos referente a um projeto descontinuado pelo companhia.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível (Consolidado)—Continuação

Em 11 de julho de 2007, nas controladas indiretas Rio Pomba Energética Ltda. ("Pomba"), Rio Manhuaçu Energética Ltda. ("Manhuaçu"), Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda. ("Grapon") e São Geraldo Energética Ltda. ("Geraldo"), foram firmados contratos de cessão onerosa de direitos de comercialização de energia elétrica entre a Elera Renováveis S.A. e a Cat-Leo Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., com a interveniência da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A., por meio do qual foi manifestada a intenção de implementar redução dos montantes de energia contratados nos termos do CCVEE (contrato de compra e venda de energia elétrica) mantido com a CFLCL.

A parte do preço de cessão cabível as controladas foi estabelecida por meio do acordo sobre a vinculação de pagamento do preço de cessão onerosa de direitos e do termo de compromisso de redução da energia contratada assinados entre as controladas e a CFLCL, sendo registrado como ativo intangível nas controladas o montante de R\$ 9.769 (Pomba), R\$ 6.091 (Manhuaçu), R\$ 19.916 (Grapon) R\$ 10.039 (Gerald), equivalente respectivamente, à descontratação de 7,25 MW (Pomba), 4,52MW (Manhuaçu) e 22,23 MW (Grapon) médios de energia. Esse ativo iniciou sua amortização em 1º de janeiro de 2016 até dezembro de 2029 (Pomba) e a partir de março de 2013 até dezembro de 2029 (Manhuaçu) de acordo com o período de autorização das PCHs cuja energia será descontratada. Em 30 de agosto de 2010 foi celebrado primeiro termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica aditado e consolidado entre Elera Renováveis S.A. e Energisa Minas Gerais Distribuidor de Energia S.A., alterando a data de suprimento de energia a ser descontratada de 1º de janeiro de 2011 para 1º de janeiro de 2016, conforme 1º aditivo ao termo de compromisso de redução de energia contratada para a controlada Rio Pomba Energética Ltda.

Para a controlada indireta Grapon até 31 de dezembro de 2010, foram firmados diversos contratos para a venda dos 22,23 MW médio de energia. Esse ativo iniciou sua amortização em 1º de janeiro de 2010 e tem data prevista de encerramento em dezembro de 2029, de acordo com o período de descontratação firmado em contrato.

Em agosto de 2012, a Rede Comercializadora de Energia S.A. e a controlada indireta Brookfield Energia Comercializadora Ltda. ("BET") assinaram um instrumento de cessão onerosa de direitos por força do qual a Rede Comercializadora de Energia S.A. cedeu à BET os direitos e obrigações de que era titular, perante a Salto Jaurú Energética S.A. ("SAJESA"), em contrapartida da liquidação de seu contas a pagar de energia elétrica.

De acordo com o termo de entendimentos iniciais, a SAJESA ficava obrigada a pagar à Rede Comercializadora de Energia S.A. valores de comissões incidentes sobre diferenças de valores entre a venda de energia no mercado livre e o preço pelo qual a energia seria vendida à CEMAT.

Por força desse instrumento de cessão onerosa, as obrigações de pagamento que a SAJESA tinha com a Rede Comercializadora de Energia S.A foram transferidos para a BET.

A amortização deste intangível (registrado originalmente no montante de R\$ 11.710) ocorre com base no recebimento da comissão previamente citada, liquidadas de impostos, e impactado

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível (Consolidado)—Continuação

pelos montantes de energia negociados.

A Companhia analisou o valor contábil do ativo intangível e nenhuma provisão para perda do seu valor recuperável foi requerida para as controladas supracitadas.

Ágio pago quando da aquisição das controladas indiretas Zona da Mata e Lumbrás, decorrente do direito de exploração delegado pelo Poder Público, está sendo amortizado pelo prazo de concessão da ANEEL, descontado o tempo decorrido até o início das operações de geração de energia.

A controlada indireta Riachão Energética Ltda., aderiu a repactuação do risco hidrológico através do despacho nº 55 de 13 de janeiro de 2016, alterando o prazo de extensão da outorga de 5 de abril de 2031 para 2 de maio de 2032.

Desta forma, o saldo remanescente da repactuação, após o término da vigência do contrato repactuado, foi realocado para o Grupo do Ativo Intangível da Companhia e será amortizado de forma linear até o final do prazo da outorga.

Extensão de outorga – Zona da Mata

A Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Consequentemente, em setembro de 2021 a Companhia reconheceu o valor de R\$ 5.888, bem como extensão de 25 meses na sua respectiva outorga.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, foi homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível (Consolidado)--Continuação

Extensão de outorga – Zona da Mata—Continuação

referida lei.

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

15. Arrendamento (Consolidado)

Custo	Edificações	Veículos	Total
31 de dezembro de 2022	27.183	12.772	39.955
Adições	740	455	1.195
31 de dezembro de 2023	27.923	13.227	41.150
Adições	14.789	17.790	32.579
Baixas	(26.152)	(17)	(26.159)
31 de dezembro de 2024	16.560	31.000	47.560
Depreciação			
31 de dezembro de 2022	(4.010)	(6.232)	(10.242)
Adições de depreciação (*)	(5.444)	(4.579)	(10.023)
31 de dezembro de 2023	(9.454)	(10.811)	(20.265)
Adições de depreciação (*)	(7.287)	(4.363)	(11.650)
Baixa de depreciação	13.678		13.678
31 de dezembro de 2024	(3.063)	(15.174)	(18.237)
31 de dezembro de 2023	18.469	2.416	20.885
31 de dezembro de 2024	13.497	15.826	29.323

(*) O direito de uso dos contratos é amortizado de acordo com o período de vigência dos contratos. Para edificações no Rio de Janeiro são 80 meses, em Mato Grosso são 20 meses e Mato Grosso do Sul são 50 meses. Para equipamentos são 35 meses (locação de frota veicular).

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Arrendamento (Consolidado)--Continuação

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, delimitados as outorgas das controladas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os passivos de arrendamento são como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Valor nominal dos pagamentos futuros	46.384	28.273
Ajuste a valor presente	(5.951)	(4.688)
	40.433	23.585
Passivo circulante	9.562	8.055
Passivo não circulante	30.871	15.530

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	23.585	32.371
Adição	20.063	1.195
Pagamentos	(9.781)	(13.263)
Juros sobre arrendamento (Nota 24)	6.566	3.282
Saldo final	40.433	23.585

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas por suas controladas para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Consolidado
2026	9.562
2027	9.562
2028	9.562
A partir de 2028	2.185
	30.871

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	-	-	50.075	9.503
Fornecedores	12	808	37.433	88.280
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	3.388	9.403
Contas a pagar – partes relacionadas (Nota 26)	1.978	266	78.004	11.849
Seguros	-	-	592	125
Total	1.990	1.074	169.492	119.160

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Credor	Modalidade	Encargos	Companhia	Consolidado			
				2024		2023	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda estrangeira							
Banco BNP	4131 (****)	USD + 7,724%	BERPAR	-	-	796.449	-
Em moeda nacional							
Banco do Brasil	Debêntures	100% do CDI + 1,3% a.a.	BER	2.030	400.000	1.763	400.000
Banco Itaú (***)	Debêntures	100% do CDI + 2,9%aa	BER	55.570	45.000	52.755	100.000
Banco EDC	Financiamento	100% do CDI + 1,5%aa	BER	5.769	1.130.560	-	-
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 2,51% a.a.	Pezzi	5.407	18.148	5.386	23.278
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 2,51% a.a.	Serra dos Cavalinhos II	8.115	26.926	8.081	34.627
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 2,18% a.a.	Serra dos Cavalinhos I	7.896	87.841	7.876	94.622
BNDES	BNDES automático	IPCA + 3,89% a.a	SLUIZ	15.298	193.478	14.646	198.866
Galera Centrais Elétricas	Partes relacionadas	Sob demanda	BER	-	6.732	-	6.732
				100.085	1.908.685	90.507	858.125
	Despesa de contratação (**)		SLUIZ	-	(109)	(2)	(111)
	Despesa de contratação (**)		Serra dos Cavalinhos I	-	(1.681)	-	(1.815)
	Despesa de contratação (***)		BER	-	(14.126)	(964)	(2.378)
Total				100.085	1.892.769	89.541	853.821

(*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será capitalizado junto ao principal.

(**) Refere-se a gastos com comissões em favor do BNDES necessários para liberação do financiamento.

(***) Refere-se ao custo de estruturação da operação devido ao banco, necessário para a emissão das debêntures.

(****) A dívida acima é oriunda da Itiquira Energética S.A. que foi incorporada em outubro de 2022.

(*****) Empréstimos em moeda estrangeira concedido no exterior a uma empresa brasileira.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	796.449	-	1.739.808	1.035.989
Captação	-	800.000	1.300.560	800.000
Juros provisionados (Nota 24)	39.634	853	192.823	129.607
Variação cambial (Nota 24)	21.359	(4.404)	21.359	(4.404)
Amortização – principal	(816.955)	-	(907.379)	(103.689)
Pagamento – juros	(40.487)	-	(173.671)	(112.422)
	-	796.449	2.003.500	1.745.081
Despesa de contratação	-	-	(10.646)	(5.273)
Saldo final	-	796.449	1.992.854	1.739.808

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo devedor é composto por principal e juros, e é amortizado mensalmente, tendo os contratos como vencimento as datas demonstradas abaixo:

Devedor	Credor	Vencimento
Pezzi	BNDES	15 de setembro de 2029
Serra dos Cavalinhos II	BNDES	15 de setembro de 2029
Serra dos Cavalinhos I	BNDES	15 de setembro de 2037
São Luiz	BNDES	15 de novembro de 2038
BER	Banco do Brasil	15 de dezembro de 2028
BER	Banco Itaú	15 de junho de 2027
BER	EDC	15 de julho de 2031

Em 26 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou uma captação junto ao Banco BNP Paribas via Operação de empréstimo em moeda estrangeira (4131), um empréstimo no montante de US\$ 164.000.000,00 convertidos em moeda corrente nacional para o montante de R\$ 800.000.000,00 através de um instrumento financeiro derivativo SWAP no momento da captação. Essa captação é remunerada a USD + 7,724% convertida através do SWAP* para CDI + 1,20%, com vencimento em 25 de março de 2024 amortizado em parcela única na data do vencimento. Na data do vencimento a dívida foi renegociada, sendo totalmente liquidada, havendo uma nova captação no mesmo montante da captação original, mantendo-se inalteradas as condições do financiamento.

As garantias não fornecidas pela Brookfield Energy Partners, através de cartas de crédito na modalidade SBLC (Stand by letter of credit).

Em 03 de outubro de 2022 houve a incorporação da Companhia Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A.

No dia 01 de novembro de 2022 houve a incorporação da Companhia Barra do Braúna Energética S.A pela Elera Renováveis S.A., esta não possuía dívida.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Em 29 de dezembro de 2021, a Companhia liquidou a operação emitida em 14 de dezembro de 2018 composta por 25 mil debêntures públicas não conversíveis em ações no valor de R\$250 milhões de reais, com valor nominal unitário de R\$10 mil reais. Essas debêntures eram remuneradas a 113,4% do CDI com vencimento em 11 de setembro de 2023 e com pagamentos de juros semestrais.

Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou a segunda emissão de debêntures, composta por 400 mil debêntures públicas não conversíveis em ações no valor de R\$400 milhões de reais, com valor nominal unitário de R\$1 mil reais. Essas debêntures são remuneradas a 100% do CDI acrescida da taxa de 1,30% a.a., com vencimento em 15 de dezembro de 2028 amortizado em parcela única na data do vencimento.

Em 23 de dezembro de 2020, a Itiquira Energética S.A. emitiu 330.000 mil debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$ 330 milhões de reais, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil reais. Essas debêntures são remuneradas a CDI + 2,9% a.a. com vencimento em 15 de junho de 2027 e com pagamentos de juros e principal semestrais. Com a incorporação esta dívida passa a ser controlada pela Elera Renováveis S.A.

Em 19 de julho de 2024, a Elera Renováveis S.A. obteve empréstimo junto ao EDC (Export Development Canada), correspondente ao montante de R\$ 1,13 bilhões de reais, em moeda corrente nacional, ao custo de 100% do CDI, acrescido de 1,55% a.a., com data de vencimento prevista para 21 de julho de 2031. Os juros são pagos semestralmente e o principal será integralmente amortizado no vencimento do empréstimo.

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2024, têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado
Ano	
2026	100.085
2027	100.085
2028	100.085
Após 2028	1.592.514
Total	1.892.769

Garantias e covenants Banco Itaú:

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas constantes nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção pela Companhia do índice financeiro Geração de Caixa da Atividade dividido pelo EBITDA da Companhia, que deverá ser inferior a 3,0 vezes, e pelo ICSD, que deverá ser inferior a 1,2 vezes, as qual foram atendidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Não existiram cláusulas restritivas em default na controladora e nas controladas sem a devida anuência das respectivas instituições financeiras em 31 de dezembro de 2023. As garantias são alienação fiduciária das ações, Cachoeira Escura, Bela Vista e Pantanal.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Garantias e covenants Banco do Brasil:

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas constantes nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção pela Companhia do índice financeiro do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA da Companhia, que deverá ser inferior a 4,5 vezes, o qual foi atendido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Há ainda, no âmbito da escritura das debêntures, cessão fiduciária dos dividendos recebidos, através de conta corrente constituída para este fim. Não existiram cláusulas restritivas em default na controladora sem a devida anuência das respectivas instituições financeiras em 31 de dezembro de 2023.

Garantias e covenants BNDES

A Elera Renováveis S.A. é a interveniente no contrato de empréstimo entre a São Luiz Energética S.A. e o BNDES. Não há cláusulas de covenants. As Companhias CAVAL1, CAVAL2, PEZZI estão sujeitas a cláusulas restritivas constantes do contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Essas cláusulas incluem, entre outras obrigações, manutenção do saldo mínimo das contas de reserva de serviço da dívida e de O&M (Nota 8) e a manutenção de certos índices financeiros de cobertura do serviço da dívida (debt-covenants), os quais foram atendidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Garantias e covenants EDC:

A Companhia está sujeita às cláusulas restritivas constantes do contrato de empréstimo com o Export Development Canada - EDC. O contrato de empréstimo prevê o cumprimento de cláusulas restritivas não financeiras, sob pena de vencimento antecipado da dívida, além de manutenção de Índice Financeiro do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA da Companhia menor que 4,5x ao fim de cada exercício fiscal, os quais foram atendidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. No tocante às garantias prestadas pela Companhia ao EDC, há o compartilhamento da cessão fiduciária dos dividendos recebidos, cedida ao Banco do Brasil, no âmbito de sua 2ª Emissão de Debêntures.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências

Os saldos de contingências prováveis estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Riscos cíveis (a)	-	-	32.097	28.552
Riscos trabalhistas (b)	67	2	1.769	1.736
Riscos tributários (c)	-	-	12.060	11.162
Total	67	2	45.926	41.450

	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
31 de dezembro de 2023	28.552	1.736	11.162	41.448
Adição	2.429	-	-	2.429
Atualização (Nota 24)	1.116	65	898	2.079
Baixa	-	(32)	-	(32)
31 de dezembro de 2024	32.097	1.769	12.060	45.926

A controladora e suas controladas, em 31 de dezembro de 2024, possuem as seguintes contingências como perdas prováveis as quais foram provisionadas:

a) Provisão para riscos cíveis

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2024, existem provisões para contingências contabilizadas, classificadas como perda provável pela diretoria, no montante de R\$ 803 (R\$ 714 em 31 de dezembro de 2023) referente a uma ação de desapropriação proposta pela Itiquira, incorporada em 03/10/2022.

Linha Emília

Em 31 de dezembro de 2024 existem provisões para contingências contabilizadas, classificadas como perda provável pela diretoria, no montante de R\$ 877 (R\$ 782 em 31 de dezembro de 2023), referente a duas ações de servidão administrativa.

Lumbrás Energética

Em 31 de dezembro de 2024 existe processo judicial cível, classificado como perda provável pela diretoria, no montante de R\$ 1.171 (R\$ 1.045 em 31 de dezembro de 2022), referente a servidão administrativa.

Salto Jauru Energética

Em 31 de dezembro de 2024 existem dois processos judiciais cíveis, classificados como perda provável pela diretoria, no montante de R\$ 29.567 (R\$ 26.000 em 31 de dezembro de 2023) referente a uma ação de desapropriação e uma ação monitória.

Pezzi Energética

Em 31 de dezembro de 2024 existe processo judicial cível, classificado como perda provável pela diretoria, no montante de R\$ 13 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2022) referente a uma ação de desapropriação.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências--Continuação

a) Provisão para riscos cíveis—Continuação

São Geraldo Energética

Em 31 de dezembro de 2024, existe processo administrativo cível, classificado como perda provável pela diretoria, no montante de R\$ 7 (R\$ 6 em 31 de dezembro de 2023), refere-se a um auto de infração lavrado pelo CREA/MG.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Em 31 de dezembro de 2024 não existe processo cível, classificado como perda provável pela diretoria (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2023).

São Luiz Energética

Em 31 de dezembro de 2024, não existe processo cível, classificado como perda provável pela diretoria (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2023).

Elera Comercializadora; Companhia Canadense de Investimentos em Energia – COINCE; Serra Negra Energética; Caçador Energética; Cotiporã Energética; Cachoeira Escura Energética; Pantanal Energética; Bela Vista Energética; Lagoa Azul Energética; Água Clara Energética; Galera Centrais Elétricas; Energética Campos de Cima da Serra; Rio Galera Energética; Elera Renováveis Minas Gerais; Energética Rio Pedrinho; Centrais Hidrelétricas Grapon; Rio Manhuaçu Energética; Rio Pomba Energética; Riachão Energética; Serra dos Cavalinhos II Energética; Igarapé Energética; Energética Salto Natal; Energética Ponte Alta; Rio Glória Energética; Santa Clara Energética; Manon Energia; Iporá Energética; Romão Energética; Setúbal Energética; RNBL Energética III; IV; V; Zona da Mata Geração.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existem ações judiciais cíveis, conhecidas pela diretoria classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

b) Provisão para riscos trabalhistas

Elera Participações

Em 31 de dezembro de 2024, existe uma ação judicial trabalhista, conhecidas pela diretoria e classificadas como perda provável, no montante de R\$67 (R\$2 em 31 de dezembro de 2023), referente a reclamação trabalhista.

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2024, existem ações judiciais trabalhistas, conhecidas pela diretoria e classificadas como perda provável, no montante de R\$ 2.625 (R\$ 1.726 em 31 de dezembro de 2023), referente a 36 reclamações trabalhistas.

Pantanal Energética

Em 31 de dezembro de 2024, não existe processo classificado como perda provável (R\$ 8 em 31 de dezembro de 2023).

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências—Continuação

b) Provisão para riscos trabalhistas—Continuação

Energética Rio Pedrinho

Em 31 de dezembro de 2024, não existe processo classificado como perda provável (R\$ 47 em 31 de dezembro de 2023).

Elera Comercializadora; Companhia Canadense de Investimentos em Energia – COINCE; Serra Negra Energética; Caçador Energética; Linha Emilia Energética; Cotiporã Energética; Cachoeira Escura Energética; Bela Vista Energética; Lagoa Azul Energética; Lumbrás Energética; Água Clara Energética; Galera Centrais Elétricas; Energética Campos de Cima da Serra; Rio Galera Energética; Elera Renováveis Minas Gerais; Salto Jauru Energética; Centrais Hidrelétricas Grapon; Rio Manhuaçu Energética; Rio Pomba Energética; Riachão Energética; Serra dos Cavalinhos I Energética; Serra dos Cavalinhos II Energética; Pezzi Energética; Igarapé Energética; Energética Salto Natal; São Luiz Energética; Energética Ponte Alta; Rio Glória Energética; São Geraldo Energética; Santa Clara Energética; Manon Energia; Iporá Energética; Romão Energética; Setúbal Energética; RNBL Energética III; IV; V; Zona da Mata Geração.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existem ações judiciais cíveis, conhecidas pela diretoria e classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

c) Provisão para riscos ambientais

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2024, existe um processo judicial classificado como perda provável no montante de R\$659 (inexistente em 31 de dezembro de 2023), referente a uma indenizatória.

Elera Comercializadora; Companhia Canadense de Investimentos em Energia – COINCE; Serra Negra Energética; Linha Emilia Energética; Caçador Energética; Cotiporã Energética; Cachoeira Escura Energética; Bela Vista Energética; Lagoa Azul Energética; Lumbrás Energética; Água Clara Energética; Galera Centrais Elétricas; Energética Campos de Cima da Serra; Rio Galera Energética; Elera Renováveis Minas Gerais; Salto Jauru Energética; Centrais Hidrelétricas Grapon; Rio Manhuaçu Energética; Rio Pomba Energética; Riachão Energética;; Pantanal Energética; Energética Rio Pedrinho; Pezzi Energética; Igarapé Energética; Energética Salto Natal; Serra dos Cavalinhos I Energética; São Luiz Energética; Energética Ponte Alta; Rio Glória Energética; São Geraldo Energética; Santa Clara Energética; Manon Energia; Iporá Energética; Romão Energética; Setúbal Energética; RNBL Energética III; IV; V; Zona da Mata Geração; Serra dos Cavalinhos II Energética.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, para as companhias acima, não existem contingências ambientais, conhecidas pela Administração e classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências—Continuação

d) Provisão para riscos tributários

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2024, há uma execução fiscal classificada como perda provável, no montante de R\$ 12.778 (R\$ 11.162 em 31 de dezembro de 2023). A ação era direcionada à empresa Itiquira Energética S.A, incorporada pela Elera Renováveis em 03/10/2022, contudo o valor do débito em questão encontra-se consignado em juízo mediante depósito judicial. Que também foi registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como parte da reorganização societária.

Elera Comercializadora; Companhia Canadense de Investimentos em Energia – COINCE; Serra Negra Energética; Linha Emilia Energética; Caçador Energética; Cotiporã Energética; Cachoeira Escura Energética; Pantanal Energética; Bela Vista Energética; Lagoa Azul Energética; Lumbrás Energética; Água Clara Energética; Energética Campos de Cima da Serra; Rio Galera Energética; Elera Renováveis Minas Gerais; Energética Rio Pedrinho; Salto Jauru Energética; Centrais Hidrelétricas Grapon; Rio Manhuaçu Energética; Rio Pomba Energética; Riachão Energética; Serra dos Cavalinhos II Energética; Pezzi Energética; Igarapé Energética; Energética Salto Natal; Serra dos Cavalinhos I Energética; São Luiz Energética; Energética Ponte Alta; Rio Glória Energética; São Geraldo Energética; Santa Clara Energética; Manon Energia; Iporá Energética; Romão Energética; Setúbal Energética; RNBL Energética III; IV; V; Zona da Mata Geração.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existem ações ou processos administrativos tributários, conhecidos pela diretoria e classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências--Continuação

Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível:

	Consolidado	
	2024	2023
Riscos cíveis (a)	67.614	88.442
Riscos trabalhistas (b)	2.503	3.015
Ambiental (c)	17.105	7.829
Admin./Judic. tributário (d)	94.410	56.114
Total	388.856	155.400

(a) Ações cíveis

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2024 existem processos cíveis, classificados como perda possível no montante de R\$ 64.679 (R\$ 62.370 em 31 de dezembro de 2023), referente a (i) duas desapropriações no montante de 6.804; (ii) três indenizatórias, no montante de R\$ 39.702.

Elera Comercializadora

Em 31 de dezembro de 2024 existe processo cível, classificado como perda possível no montante de R\$ 76 (R\$ 66 em 31 de dezembro de 2023), referente a uma ação indenizatória.

Salto Jauru Energética

Em 31 de dezembro de 2024 existem processos cíveis, classificados como perda possível no montante total de R\$ 2.833 (R\$ 26.000 em 31 de dezembro de 2023), referente a uma ordinária, uma monitória e uma ação de desapropriação. Há ainda uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Mato Grosso, sem valor associado no momento.

Serra dos Cavalinhos I Energética

Em 31 de dezembro de 2024 existe processo classificado como perda possível no montante de R\$ 5 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2023), referente a uma ação indenizatória.

Serra Negra Energética

Em 31 de dezembro de 2024 existe um processo cível administrativo, classificado como perda possível no montante de R\$ 21 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2024), referente a um auto de infração do CREA-GO.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências—Continuação

(b) Ações trabalhistas

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2024 existem processos, classificados como perda possível no montante de R\$ 2.263, referentes a vinte e seis reclamações trabalhistas, no montante de R\$ 2.229 e dez autuações no montante de R\$ 34 (R\$ 3.007 em 31 de dezembro de 2023).

Elera Renováveis Minas Gerais

Em 31 de dezembro de 2024 existem processos classificados como perda possível, no montante de R\$ 239 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023) referentes a três reclamações trabalhistas.

Pantanal Energética

Em 31 de dezembro de 2024 não existe processo classificado como perda possível (R\$ 8 em 31 de dezembro de 2023).

(c) Ações ambientais

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2024 existem processos classificados como perda possível no montante de R\$ 5.259.

Elera Renováveis Minas Gerais

Em 31 de dezembro de 2024 existem processos classificados como perda possível, no montante de R\$ 45 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023) referentes a duas autuações.

Pantanal Energética

Em 31 de dezembro de 2024, existe uma contingência classificada como perda possível no montante de R\$ 100 (inexistente em 31 de dezembro de 2023), referente a uma autuação administrativa ambiental.

Água Clara Energética

Em 31 de dezembro de 2024, existe uma contingência classificada como perda possível no montante de R\$ 83 (R\$ 18 em 31 de dezembro de 2023), referente a uma autuação administrativa ambiental.

Energética Ponte Alta

Em 31 de dezembro de 2024, existe uma contingência classificada como perda possível no montante de R\$ 11 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2023), referente a uma autuação.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências--Continuação

Riachão Energética

Em 31 de dezembro de 2024 existe um processo ambiental, classificado como perda possível no montante de R\$ 3.215 (inexistente em 31 de dezembro de 2023), referente a um auto de infração.

São Geraldo Energética

Em 31 de dezembro de 2023, existe uma contingência classificada como perda possível no montante de R\$ 36 (inexistente em 31 de dezembro de 2021), referente a uma autuação administrativa ambiental.

Zona da Mata Geração

Em 31 de dezembro de 2024 existem processos ambientais, classificados como perda possível no montante de R\$ 8.356 (R\$ 7.791 em 31 de dezembro de 2023), referentes a seis autos de infração e quarenta e sete indenizatórias. Constam, ainda, três ações ajuizadas em 2021 pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais avaliada como perda possível, porém sem valor associado no momento.

Rio Manhuaçu Energética Ltda

Em 31 de dezembro de 2024 não existe um processo classificado como perda possível (R\$ 15 em 31 de dezembro de 2023).

(d) Administrativas e tributárias

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2024 existem processos classificados como perda possível no montante de R\$ 84.564 (R\$ 52.012 em 31 de dezembro de 2023), referente a três anulatórias; quatro autos de infração; cinco execuções fiscais; três mandados de segurança; dois pedidos de compensação; uma manifestação de inconformidade e uma cautelar.

Água Clara Energética

Em 31 de dezembro de 2024, existe uma contingência classificada como perda possível no montante de R\$ 3 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023), referente a uma autuação administrativa.

Cotiporã Energética

Em 31 de dezembro de 2023 existem dois processos administrativos tributários classificados como perda possível no montante de R\$ 454 (R\$ 347 em 31 de dezembro de 2023) referente a pedidos de compensação.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências--Continuação

Linha Emília

Em 31 de dezembro de 2024 existe processos tributários, classificados como perda possível no montante de R\$ 498 (R\$ 388 em 31 de dezembro de 2023), referente a duas ações indenizatórias.

Elera Renováveis Minas Gerais

Em 31 de dezembro de 2024 existem processos tributários classificados como perda possível, no montante de R\$ 307 (R\$ 591 em 31 de dezembro de 2023) referentes a duas execuções fiscais.

Elera Comercializadora

Em 31 de dezembro de 2024 existem processos tributários classificados como perda possível, no montante de R\$ 554 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023) referentes a duas execuções fiscais.

Energética Rio Pedrinho

Em 31 de dezembro de 2024, existem dois processos administrativos tributários classificados como perda possível, no montante de R\$ 1.192 (R\$ 928 em 31 de dezembro de 2023), referente a pedidos de compensação.

Pantanal Energética

Em 31 de dezembro de 2024, existe um processo classificado como perda provável, no montante de R\$ 3 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

Salto Jauru Energética

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui uma ação anulatória de lançamento tributário, classificada como probabilidade de perda possível, no montante total de R\$ 387 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

Serra dos Cavalinhos I Energética

Em 31 de dezembro de 2024 existem processos classificados como perda possível no montante de R\$ 21 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2023), referente a três autos de infração.

Energética Salto Natal

Em 31 de dezembro de 2024 existe um processo tributário, classificado como perda possível no montante de R\$ 2.806 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023) referente a uma ação anulatória.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências--Continuação

São Luiz Energética

Em 31 de dezembro de 2024, existe um processo tributário administrativo, classificado como perda possível no montante total de R\$ 1.239 (R\$ 1.091 em 31 de dezembro de 2023), referente a um auto de infração.

Energética Ponte Alta

Em 31 de dezembro de 2024 existe um processo tributário administrativo, classificado como perda possível no montante de R\$ 72 (R\$ 185 em 31 de dezembro de 2023), referente a pedido de compensação.

Energética Campos de Cima da Serra

Em 31 de dezembro de 2024 existem dois processos tributários, classificado como perda possível no montante de R\$ 24 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023), referente a pedido de compensação.

Zona da Mata Geração

Em 31 de dezembro de 2024 não existem processos tributários classificados como perda possível (R\$ 471 em 31 de dezembro de 2023).

19. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 297.885 (em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 297.885) dividido em 752.966.986 (setecentos e cinquenta e dois milhões, novecentos e sessenta e seis mil, novecentos e oitenta e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 26 de dezembro de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram redução de capital no montante de R\$ 603.554, por considerá-la excessiva em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia.

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora— Continuação

b) Reservas de lucros—Continuação

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Companhia devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	64.947	240.575
Constituição da reserva legal 5% (*)	-	-
Lucro líquido ajustado	64.947	240.575
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	(16.236)	(133.878)
Ajuste de avaliação patrimonial	22.197	24.123
Constituição de reserva de Lucros	(70.908)	(130.820)
Lucro líquido do exercício a destinar	-	-

(*) Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da conta de reserva legal já atingiu o limite de 20% do capital social

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora-- Continuação

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado das controladas diretas e indiretas da Companhia realizada em 1º de janeiro de 2009, em acordo com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados no patrimônio líquido na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial". Os valores serão transferidos a conta de "Lucros acumulados" na mesma proporção em que o ativo imobilizado será depreciado e o Imposto de Renda e Contribuição Social apropriado ao resultado.

A Companhia efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2019 e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos. O aumento da vida útil também foi refletido no ajuste de avaliação patrimonial na mesma proporção de forma que a vida útil remanescente depreciável finalize dentro do mesmo período.

A Companhia registrou R\$ 8.574, sendo R\$ 7.000 referente a parcela do acionista controlador e o restante, referente a parcela do acionista não controlador Itisa R\$ 1.574, sendo este de acordo com a participação após a reestruturação societária, uma vez que os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado de Barra do Braúna realizada em 1º de janeiro de 2009, em acordo com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados ao patrimônio líquido na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial", e devido a reorganização societária a reavaliação de Barra do Brauna possui a configurar uma diferença temporária para fins de apuração de impostos de rendas diferidos, e consequentemente a Companhia reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferida passivo, sobre o ativo reavaliado, tendo seu impacto registrado no patrimônio líquido. Anteriormente a reorganização societária e incorporação da Brauna, o imposto de renda e contribuição social não eram reconhecidos em função da Barra do Braúna ser optante do regime de tributação do lucro presumido.

d) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Companhias por Ações.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Em 19 de setembro de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 44.000.

Em 26 de dezembro de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 17.569.

Em 11 de dezembro de 2023, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 45.000.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora-- Continuação

d) Dividendos--Continuação

Em 11 de julho de 2023, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 38.718.

Em 01 de março de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 146.849.

Em 01 de março de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 16.548.

f) Outros resultados abrangentes

A parte efetiva das variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, de acordo com o CPC 48, são reconhecidos pela Companhia no patrimônio líquido na rubrica de "Outros resultados abrangentes. Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte efetiva das variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2023 foi registrado o valor de R\$ 696 em outros resultados abrangentes referente à contratação de instrumentos financeiros derivativos conforme nota explicativa 27. No exercício de 2024 esse saldo foi desconhecido devido a liquidação do instrumento financeiro.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Participação dos acionistas não controladores

2024

Empresa	Participação do acionista não controlador	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Participação de acionistas não controladores	
				Patrimônio líquido	Resultado
Elera Renováveis S.A.	18,35%	1.515.125	156.782	278.046	28.772
Serra Negra Energética S.A.	30,00%	55.206	34.354	16.568	10.306
Salto Jauru Energética S.A.	23,92%	63.153	10.045	15.103	2.402
Total				309.717	41.480

2023

Empresa	Participação do acionista não controlador	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Participação de acionistas não controladores	
				Patrimônio líquido	Resultado
Elera Renováveis S.A.	18,35%	2.468.249	293.615	452.924	53.882
Serra Negra Energética S.A.	30,00%	58.539	29.145	17.552	8.733
Salto Jauru Energética S.A.	23,92%	5.384	(19.334)	12.777	(4.613)
Total				483.253	58.002

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Participação dos acionistas não controladores--Continuação

Movimentação dos acionistas não controladores:

2024

	Saldo em 2023	Equivalência patrimonial	Dividendos	Redução de capital	Saldo em 2024
Elera Renováveis S.A. (*)	452.924	28.772	(60.500)	(143.140)	278.056
Serra Negra Energética S.A.	17.552	10.306	(11.289)	-	16.558
Salto Jaurú Energética S.A.	12.777	2.402	(76)	-	15.103
	<u>483.253</u>	<u>41.480</u>	<u>(71.876)</u>	<u>(143.140)</u>	<u>309.717</u>

2023

	Saldo em 2022	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 2023
Elera Renováveis S.A.	462.862	53.882	(63.758)	452.924
Serra Negra Energética S.A.	16.395	8.733	(7.576)	17.552
Salto Jaurú Energética S.A.	17.020	(4.613)	370	12.777
	<u>496.277</u>	<u>58.002</u>	<u>(70.964)</u>	<u>483.253</u>

(*) No exercício de 2024, uma das controladas da Companhia, a Elera Renováveis S.A., realizou a redução de seu capital social no montante de R\$ 780.000. Essa operação teve como finalidade a distribuição de recursos aos seus acionistas, caracterizando-se como uma forma de remuneração do capital próprio. Ressalta-se que a transação foi efetuada sem implicar em diluição da participação acionária, tampouco em alterações na estrutura societária da controlada.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receita operacional líquida (Consolidado)

	Consolidado	
	2024	2023
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	1.271.275	1.432.252
Venda de energia elétrica - partes relacionadas (Nota 26)	232.906	77.781
Venda de energia elétrica – comercialização	186.398	41.452
Resultado com MRE e CCEE (*)	62.390	132.790
Taxa de administração	1.149	-
Serviços de operação e manutenção - partes relacionadas (Nota 26)	2.234	2.009
Serviços de administração - partes relacionadas (Nota 26)	27.623	24.174
	1.783.975	1.710.458
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
ICMS	(53.259)	(75.288)
PIS	(23.670)	(35.557)
COFINS	(109.079)	(163.830)
ISS	(1.536)	(1.738)
	(187.544)	(276.413)
Receita operacional líquida	1.596.431	1.434.045

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo do serviço de energia elétrica				
Compra de energia elétrica	-	-	(253.551)	(243.259)
Compra de energia elétrica – partes relacionadas (Nota 26)	-	-	(239.551)	(96.859)
Compra de energia elétrica – Comercialização	-	-	(191.273)	(37.882)
(-) Impostos sobre compra de energia elétrica	-	-	87.341	66.993
Royalties ANEEL	-	-	(51.469)	(51.576)
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	(75)	(16)
	-	-	(648.578)	(362.599)
Custo com a operação				
Impostos, licenças e taxas	-	-	(3.073)	(2.689)
Viagens	-	-	(5.053)	(3.081)
Serviços de terceiros	-	-	(48.148)	(41.952)
Seguros	-	-	(29.956)	(27.637)
Pessoal	-	-	(64.673)	(61.187)
Depreciação e amortização	-	-	(228.716)	(232.608)
Manutenção	-	-	(10.075)	(8.420)
MRE/CCEE (*)	-	-	(26.390)	(47.651)
Telecomunicações	-	-	(5.857)	(4.170)
Aluguéis e utilidades	-	-	(110)	(150)
Promoção e publicidade	-	-	(413)	(242)
Doações	-	-	(554)	(21)
Outros	-	-	(5.127)	(3.452)
	-	-	(428.145)	(433.260)
Total do custo de geração de energia	-	-	(1.076.723)	(795.859)
Despesas gerais e administrativas				
Impostos, licenças e taxas	-	-	(12.703)	(7.813)
Viagens	(13)	(1)	(1.763)	(3.493)
Serviços de terceiros	(2.318)	(154)	(30.214)	(28.666)
Seguros	-	-	(199)	(308)
Pessoal	(23)	(2)	(82.169)	(83.390)
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	(493)	(545)
Depreciação e amortização	-	-	-	(29.416)
Manutenção	-	-	(428)	(236)
Telecomunicações	-	-	(296)	(134)
Aluguéis e utilidades	-	-	(2.785)	(4.582)
Promoção e publicidade	(56)	(31)	(2.685)	(2.158)
Rateio de despesas (**)	-	-	2.099	-
Doações	-	-	-	(296)
Outros	-	-	(2.307)	(1.564)
Total das despesas gerais e administrativas	(2.411)	(188)	(133.943)	(162.602)
Total de custos e despesas gerais e administrativas	(2.411)	(188)	(1.210.666)	(958.461)

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) Nessa rubrica foi registrado recuperação de R\$ 70.838 em 31 de dezembro de 2021 devido ao registro da extensão de outorga do GSF.

(**) A BER possui comum acordo com suas controladas, contrato de compartilhamento das despesas efetivamente incorridas e pagas em benefício e interesse do grupo. As despesas são controladas gerencialmente por departamento através de centros de custos específicos e são considerados para fins dos critérios de rateio e reembolso, percentuais de alocação de despesas com base na efetiva utilização, ocorrência e esforço de cada um dos departamentos.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita por indenização de seguro	-	-	544	(69)
Impairment	-	-	-	(27.742)
Multas e juros sobre tributos	(19)	(2)	(946)	(727)
Provisão de contingências (Nota 18)	-	-	(2.429)	(23.586)
Perda na venda de ativos	-	-	(5.835)	(556)
Gastos com pesquisas/estudos de novos projetos	-	-	(14.864)	(13.027)
Indenização usinas de ZMT - Neblina e Sinceridade (nota 8)	-	-	(9.880)	-
Custo de aquisição	-	-	(39.867)	-
Custo de mudança de sede	-	-	7.630	(4.667)
Total	(19)	(2)	(65.647)	(70.374)

(*) Corresponde aos custos incorridos pela Companhia no estudo da aquisição de novos projetos de investimento.

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	454	146	28.589	19.489
Variação monetária e cambiais, líquidas (*)	-	4.404	168	4.465
Resultado instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	-	-	-	4.025
Ervália e Coronel Domiciano (Nota 14)	-	-	-	726
Receita de contra prestação de garantia	-	-	5.526	12.562
Outros	7	2	-	2.726
Total	461	4.552	34.283	43.993
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos (Nota 17)	(39.634)	(853)	(192.823)	(129.607)
Juros sobre o passivo de arrendamento (Nota 15)	-	-	(6.566)	(3.283)
Despesas com letras de crédito	-	-	(865)	(973)
Variações monetárias e cambiais, líquidas (Nota 17)	(21.359)	-	(21.383)	-
Multas e encargos sobre empréstimos	-	-	(1.312)	(340)
Atualização de contingências (Nota 18)	(65)	-	(2.079)	(3.844)
Imposto sobre operações financeiras	(27)	(2.428)	(1.416)	(4.723)
Despesas com juros e descontos concedidos	(11)	-	(2.392)	-
Juros sobre Obrigações Regulatórias – UBP (Nota 10)	-	-	(339)	(158)
Resultado Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	-	-	(18.598)	-
Total	(61.096)	(3.288)	(247.773)	(142.935)

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2024	2023
Corrente		
Imposto de renda	(22.742)	(21.592)
Contribuição social	(11.693)	(11.296)
Total do imposto corrente	(34.435)	(32.888)
Diferido		
Imposto de renda	11.453	4.622
Contribuição social	4.123	1.664
Total do imposto diferido	15.576	6.286
Total com despesas de impostos	(18.859)	(26.602)

Em 31 de Dezembro de 2024, a controladora possuía imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre a base negativa, acumulados, no montante de R\$ 530.961 (R\$ 415.258 em 31 de Dezembro de 2023), respectivamente. O total da base negativa e prejuízo fiscal em 2024 e 2023 são de R\$ 1.307.708 e R\$ 1.221.348.

Os saldos patrimoniais de impostos de renda e contribuição social diferidos estão apresentados a seguir os saldos da controladora e consolidado:

	Consolidado	
	2024	2023
Tributos diferidos		
Prejuízos fiscais e base negativa	6.638	7.146
Arrendamentos	3.598	783
PLR	6.955	6.495
Contingência Tributária	4.100	3.795
Contingência Cível	273	243
Contingência Trabalhista	579	587
Demais Provisões	1.131	840
Operação de Liquidação Futura	-	(3.290)
Extensão Outorga - GSF	(15.731)	(16.164)
Custo atribuído ativo imobilizado	(11.931)	(20.398)
Total tributos diferidos, líquidos	(4.388)	(19.963)

O imposto diferido ativo sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal foram reconhecidos em função da existência de imposto diferido passivo relacionados com a mesma autoridade tributária, conforme CPC 32, item 36.

A controladora e as controladas da Companhia, optante pela sistemática do Lucro Real e Lucro Presumido, apuraram imposto de renda e a contribuição social conforme reconciliação a seguir

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

A controladora registrou, em 202, imposto diferido ativo sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal em função da existência de imposto diferido passivo relacionados com a mesma autoridade tributária (item 36^a/ CPC32).

Consolidado

As controladas BET, COINCE, ESCURA e IGARAP possuem imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre a base negativa, acumulados, no montante de R\$19.538, R\$13.096, R\$2.632 e R\$1 em 31 de Dezembro de 2024 (R\$ R\$20.532, R\$13.127, R\$2.619 e R\$1 em 31 de Dezembro de 2023), respectivamente. O total da base negativa e prejuízo fiscal em 31 de Dezembro de 2024 é de R\$57.466, R\$38.520, R\$7.742 e 3.361 (R\$58.516, R\$38.609, R\$7.771 e 2.038 em 31 de Dezembro de 2023), respectivamente.

A controladora e as controladas da Companhia, optante pela sistemática do Lucro Real e Lucro Presumido, apuraram imposto de renda e a contribuição social conforme reconciliação a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes de imposto de renda e contribuição social	64.947 34%	240.575 34%	125.489 34%	325.179 34%
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas (*)	(22.082)	(81.796)	(42.666)	(110.567)
Adições e exclusões:				
Resultado de equivalência patrimonial	43.523	81.523	-	-
Amortização mais valia	-	-	(4.226)	(2.614)
Diferencial tributação presumido	-	-	122.420	121.518
Créditos fiscais não reconhecidos	(21.441)	-	(87.713)	(31.953)
Compensação prejuízo fiscal	-	-	19	-
Outras adições	-	41	(6.693)	(2992)
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	-	(232)	(18.859)	(26.602)
(%) Alíquota efetiva	0%	0%	(10,0%)	(8,1%)

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Contas a receber					
Água Clara Energética S.A	(a)	-	18	-	-
ALEX Energia Participações S.A	(a)	-	-	3.083	68
Alex I Energia SPE S.A.	(a)	-	-	71	41
Alex III Energia SPE S.A.	(a)	-	-	71	41
Alex IV Energia SPE S.A.	(a)	-	-	71	41
Alex IX Energia SPE S.A.	(a)	-	-	71	41
Alex V Energia SPE S.A.	(a)	-	-	71	41
Alex VI Energia SPE S.A.	(a)	-	-	71	41
Alex VII Energia SPE S.A.	(a)	-	-	71	41
Alex VIII Energia SPE S.A.	(a)	-	-	71	41
Alex X Energia SPE S.A.	(a)	-	-	233	41
Apollo Comercializadora Ltda.	(a)	-	-	25.169	25.566
Bela Vista Energética Ltda.	(a)	-	11	-	-
Brasil Central Energia Ltda.	(a)	-	-	-	-
Brookfield Energia Renovável Minas Gerais S.A	(a)	-	18	184	-
Brookfield Renewable e Energy Group LLC	(a)	-	-	2.404	6.732
Brookfield Renewable Power Inc.	(a)	-	-	8.375	10.738
Caçador Energética S.A	(a)	-	22	-	-
Cachoeira Escura Energética Ltda	(a)	-	4	-	-
Centrais Eólicas Alvorada Ltda.	(a)	-	-	-	28
Centrais Eólicas Candiba Ltda.	(a)	-	-	50	33
Centrais Eólicas Guanambi Ltda.	(a)	-	-	110	72
Centrais Eólicas Guirapá Ltda.	(a)	-	-	149	100
Centrais Eólicas Igaporã Ltda.	(a)	-	-	159	105
Centrais Eólicas Ilhéus Ltda.	(a)	-	-	-	39
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda.	(a)	-	-	-	83
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição Ltda.	(a)	-	-	-	100
Centrais Eólicas Pajeú do Vento Ltda.	(a)	-	-	-	89
Centrais Eólicas Pindaí Ltda.	(a)	-	-	124	83
Centrais Eólicas Planaltina Ltda.	(a)	-	-	142	94
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda.	(a)	-	-	12	22
Centrais Eólicas Rio Verde Ltda.	(a)	-	-	162	195
Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda.	(a)	-	-	-	67
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda	(a)	-	22	-	-
Central Geradora Eólica Seridó I S.A.	(a)	-	-	2.025	657
Central Geradora Eólica Seridó II S.A.	(a)	-	-	474	119
Central Geradora Eólica Seridó III S.A.	(a)	-	-	643	287
Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.	(a)	-	-	732	287
Central Geradora Eólica Seridó IX S.A.	(a)	-	-	474	119
Central Geradora Eólica Seridó V S.A.	(a)	-	-	534	119
Central Geradora Eólica Seridó VI S.A.	(a)	-	-	451	95
Central Geradora Eólica Seridó X S.A.	(a)	-	-	642	287
Central Geradora Eólica Seridó XI S.A.	(a)	-	-	709	287
Central Geradora Eólica Seridó XII S.A.	(a)	-	-	1.083	571
Companhia canadense de investimentos em energia s.a. (COINCE)	(a)	-	9	-	-
Cotiporã Energética S.A.	(a)	-	22	-	-

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Elera Gestão e Energia S.A.	(a)	-	-	115.790	16.905
Elera Renováveis S.A.	(a)	-	203	-	-
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	(a)	-	30	-	-
Energética Ponte Alta S.A.	(a)	22	22	1.978	-
Energética Rio Pedrinho Ltda.	(a)	-	22	-	-
Energética Salto Natal S.A.	(a)	-	22	-	-
Eólica Faísa I S.A.	(a)	-	-	658	350
Eólica Faísa II S.A.	(a)	-	-	646	347
Eólica Faísa III S.A.	(a)	-	-	652	346
Eólica Faísa IV S.A.	(a)	-	-	649	346
Eólica Faísa V S.A.	(a)	-	-	651	-
Eólica Pontal 2a S.A.	(a)	-	-	470	104
Eólica Pontal 2b S.A.	(a)	-	-	235	54
Eólica Pontal 3b S.A.	(a)	-	-	620	130
Gacel Participações S.A.	(a)	-	-	-	1.526
Galera Centrais Elétricas S.A.	(a)	-	33	1.091	198
Geração Bioeletrecidade Holding S.A.	(a)	-	-	-	250
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	(a)	-	-	-	49
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(a)	-	-	-	439
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(a)	-	-	129	110
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(a)	-	-	73	430
Geração Central Eólica Complexo Renascerça IV S.A.	(a)	-	-	73	48
Geração Central Eólica Parque Renascerça III S.A.	(a)	-	-	130	48
Geração Central Eólica Renascerça I S.A.	(a)	-	-	73	48
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(a)	-	-	73	48
Geração Eólica Renascerça II S.A.	(a)	-	-	1.426	48
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(a)	-	-	1.364	140
Irapuru I Energia S.A.	(a)	-	-	1.361	177
Irapuru II Energia S.A.	(a)	-	-	1.310	177
Irapuru III Energia S.A.	(a)	-	-	13.532	177
Irapuru IV Energia S.A.	(a)	-	-	1.310	177
Irapuru V Energia S.A.	(a)	-	-	1.324	177
Irapuru VI Energia S.A.	(a)	-	-	68	177
Irapuru VII Energia S.A.	(a)	-	-	-	176
Janaúba Holding S.A.	(a)	-	-	613	2
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	13	132	534
Janaúba II Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	13	132	102
Janaúba III Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	13	132	101
Janaúba IV Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	13	132	101
Janaúba IX Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	13	132	101
Janaúba V Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	13	132	101
Janaúba VI Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	13	132	101
Janaúba VII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	13	132	101
Janaúba VIII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	13	132	101
Janaúba X Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	13	132	101
Janaúba XI Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	13	132	101
Janaúba XII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	13	132	101
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	13	132	104
Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	12	165	101
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	-	63
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	70	-	136
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	106	63
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	-	62

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com partes relacionadas—Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	106	62
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	106	62
Lagoa Azul Energética S.A.	(a)	-	22	-	-
Linha Emília Energética S.A.	(a)	-	22	-	-
Lumbrás Energética S.A.	(a)	-	16	-	-
Mirante Energética S.A.	(a)	-	-	153	7
Pantanal Energética Ltda.	(a)	-	11	-	-
PCH Zé Tunin S.A.	(a)	-	-	-	20
Pezzi Energética S.A.	(a)	-	44	-	69
Phoenix Geração de Energia S.A.	(a)	-	-	-	-
Rio Casca Energética S.A.	(a)	-	-	11.052	5.526
Rio Galera Energética S.A.	(a)	-	22	-	-
Rio Glória Energética Ltda	(a)	-	22	-	-
Rio Manhuaçu Energética Ltda	(a)	-	18	-	-
Rio Pomba Energética Ltda	(a)	-	22	-	-
Salto Jaurú Energética Ltda	(a)	-	35	-	-
Santa Ana Energética S.A.	(a)	-	-	-	-
São Geraldo Energética Ltda	(a)	-	22	-	-
Savana Geração de Energia S.A.	(a)	-	-	-	68
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	(a)	-	44	-	-
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	(a)	-	44	-	-
Serra Negra Energética S.A.	(a)	-	33	-	-
SPE Cristina Energia S.A.	(a)	-	-	-	6
Tangará Energia S.A.	(a)	-	-	332	214
Zona da Mata Geração S.A.	(a)	60	56	363	-
Outros	(a)	-	-	2.913	3.581
Nota 5		82	1.142	212.002	82.405

Ativo

Dividendos a receber

Elera Renováveis S.A.	(b)	32.318	76.028	-	-
Galera Centrais Elétricas S.A.	(b)	-	-	9.329	9.456
		2.318	76.028	9.329	9.456

Passivo

Contas a pagar

TerraForm Global Holding Spain 2 SLU	(c)	-	-	17	18
Alex Energia Participações S.A.	(c)	-	-	34	34
Alex I Energia SPE S.A.	(c)	-	-	2.834	40
Energética Rio Pedrinho Ltda.	(c)	1.978	-	2.242	-
TERP GLBL Brasil I Participações Ltda	(c)	-	-	1.981	-
Apollo Comercializadora Ltda.	(c)	-	-	-	39
Elera Gestão e Energia S.A.	(c)	-	-	69.775	9.534
Elera Energia Comercializadora Ltda	(c)	-	266	-	-
Geração Bioeletricidade Holding Ltda	(c)	-	-	-	250
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	(c)	-	-	1.104	-
Geração Eólica Renascença II S.A.	(c)	-	-	17	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(c)	-	-	-	926
Galera Centrais Elétricas S.A.	(c)	-	-	-	388
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	(c)	-	-	-	245
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda	(c)	-	-	-	3
Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S.A.	(c)	-	-	-	209

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com partes relacionadas—Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Spece Cristina Energia S.A.	(c)	-	-	-	104
Tangará Energia S.A.	(c)	-	-	-	59
Nota 16		1.978	266	78.004	11.849
Passivo					
Dividendos a pagar					
BP Brazil US Subco LLC.	(d)	16.236	18.819	16.236	18.819
Itisa Holding LLC.	(d)	-	-	7.750	17.088
Acionistas não controladores de Salto Jaurú	(d)	-	-	2.476	2.810
Acionista não controlador de Serra Negra	(d)	-	-	4.572	2.063
		16.236	18.819	31.034	40.780
Mútuos a pagar					
Galera Centrais Elétricas S.A.	(e)	-	-	6.732	6.732
Nota 17		-	-	6.732	6.732
Receita					
Venda de energia					
Apollo Comercializadora Ltda.	(f)	-	-	2.954	25.753
Elera Energia Comercializadora Ltda.	(f)	-	-	-	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(f)	-	-	192.313	31.144
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(f)	-	-	-	2.765
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(f)	-	-	-	2.028
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	(f)	-	-	1.112	-
Geração Eólica Renascença II S.A.	(f)	-	-	1.336	-
Geração Central Eólica Renascença III S.A.	(f)	-	-	1.267	-
Geração Central Eólica Renascença IV S.A.	(f)	-	-	1.462	-
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(f)	-	-	1.726	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(f)	-	-	1.992	-
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	(f)	-	-	90	-
Tangará Energia S.A.	(f)	-	-	5.271	412
Condomínio Torre Almirante	(f)	-	-	1.573	-
Condomínio do Edifício Rio Sul Center	(f)	-	-	1.637	4.958
Condomínio WT Morumbi	(f)	-	-	3.939	-
Companhia de Saneamento do Tocantins	(f)	-	-	6.360	6.251
BRK Ambiental – Blumenal	(f)	-	-	691	-
BRK Ambiental de Recife S.A.	(f)	-	-	2.654	-
BRK Ambiental – Blumenal	(f)	-	-	1.832	-
Condomínio Nações Unidas 17.007	(f)	-	-	4.697	4.470
Nota 21		-	-	232.906	77.781

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com partes relacionadas--Continuação

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Receita					
Receita com serviços de administração					
Alex I Energia SPE S.A.	(g)	-	-	256	242
Alex III Energia SPE S.A.	(g)	-	-	256	242
Alex IV Energia SPE S.A.	(g)	-	-	256	242
Alex IX Energia SPE S.A.	(g)	-	-	256	242
Alex Investimentos e Participações S.A.	(g)	-	-	256	242
Alex V Energia SPE S.A.	(g)	-	-	256	242
Alex VI Energia SPE S.A.	(g)	-	-	256	242
Alex VII Energia SPE S.A.	(g)	-	-	256	242
Alex VIII Energia SPE S.A.	(g)	-	-	256	242
Alex X Energia SPE S.A.	(g)	-	-	256	242
Centrais Eólicas Alvorada Ltda.	(g)	-	-	152	169
Centrais Eólicas Candiba Ltda.	(g)	-	-	197	203
Centrais Eólicas Guanambi Ltda.	(g)	-	-	426	439
Centrais Eólicas Guirapá Ltda.	(g)	-	-	589	608
Centrais Eólicas Igaporã Ltda.	(g)	-	-	229	638
Centrais Eólicas Ilhéus Ltda.	(g)	-	-	229	237
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda.	(g)	-	-	491	507
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição	(g)	-	-	590	608
Centrais Eólicas Pajeú do Vento Ltda.	(g)	-	-	569	541
Centrais Eólicas Pindaí Ltda.	(g)	-	-	491	507
Centrais Eólicas Planaltina Ltda.	(g)	-	-	557	574
Centrais Eólicas Planaltina Ltda.	(g)	-	-	557	574
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda.	(g)	-	-	138	135
Centrais Eólicas Rio Verde Ltda.	(g)	-	-	622	642
Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda.	(g)	-	-	393	405
Central Geradora Eólica Seridó I S.A.	(g)	-	-	355	-
Central Geradora Eólica Seridó II S.A.	(g)	-	-	355	-
Central Geradora Eólica Seridó III S.A.	(g)	-	-	355	-
Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.	(g)	-	-	355	-
Central Geradora Eólica Seridó IX S.A.	(g)	-	-	355	-
Central Geradora Eólica Seridó V S.A.	(g)	-	-	355	-
Central Geradora Eólica Seridó VI S.A.	(g)	-	-	355	-
Central Geradora Eólica Seridó X S.A.	(g)	-	-	355	-
Central Geradora Eólica Seridó XI S.A.	(g)	-	-	355	-
Central Geradora Eólica Seridó XII S.A.	(g)	-	-	355	-
Eólica Pontal 2A S.A	(g)	-	-	345	104
Eólica Pontal 2B S.A	(g)	-	-	178	54
Eólica Pontal 3B S.A	(g)	-	-	431	130
Eólica Faísas I Geração e Comercialização de Energia S.A.	(g)	-	-	298	347
Eólica Faísas II Geração e Comercialização de Energia S.A.	(g)	-	-	298	347
Eólica Faísas III Geração e Comercialização de Energia S.A.	(g)	-	-	298	346
Eólica Faísas IV Geração e Comercialização de Energia S.A.	(g)	-	-	298	346
Eólica Faísas V Geração e Comercialização de Energia S.A.	(g)	-	-	298	346
Galera Centrais Elétricas S.A.	(g)	-	-	396	406
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	(g)	-	-	95	289
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(g)	-	-	420	578
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(g)	-	-	95	471
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(g)	-	-	612	289
Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A.	(g)	-	-	306	289
Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A.	(g)	-	-	282	289

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	(g)	-	-	282	289
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(g)	-	-	306	289
Geração Eólica Renascença II S.A.	(g)	-	-	282	289
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(g)	-	-	241	300
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	(g)	-	-	387	430
Janaúba II Geração Solar Energia S.A.	(g)	-	-	387	430
Janaúba III Geração Solar Energia S.A.	(g)	-	-	387	430
Janaúba IV Geração Solar Energia S.A.	(g)	-	-	387	430
Janaúba IX Geração Solar Energia S.A.	(g)	-	-	387	430
Janaúba V Geração Solar Energia S.A.	(g)	-	-	387	430
Janaúba VI Geração Solar Energia S.A.	(g)	-	-	387	430
Janaúba VII Geração Solar Energia S.A.	(g)	-	-	387	430
Janaúba VIII Geração Solar Energia S.A.	(g)	-	-	387	430
Janaúba X Geração Solar Energia S.A.	(g)	-	-	387	430
Janaúba XI Geração Solar Energia S.A.	(g)	-	-	387	430
Janaúba XII Geração Solar Energia S.A.	(g)	-	-	387	430
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(g)	-	-	387	430
Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A.	(g)	-	-	387	430
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	(g)	-	-	387	315
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	(g)	-	-	387	315
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	(g)	-	-	387	315
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	(g)	-	-	387	315
Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A.	(g)	-	-	387	220
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	(g)	-	-	387	283
PCH Zé Tunin S.A.	(g)	-	-	523	77
Phoenix Geração de Energia S.A.	(g)	-	-	331	409
Savana Geração de Energia S.A.	(g)	-	-	331	409
SPE Cristina Energia S.A.	(g)	-	-	26	37
Tangará Energia S.A.	(g)	-	-	1.128	1.028
Nota 21		-	-	27.623	24.174
Receita com serviços de O&M					
Brasil Central Energia Ltda.	(h)	-	-	159	-
Galera Centrais Elétricas S.A.	(h)	-	-	2.075	2.009
Nota 21		-	-	2.234	2.009
Receitas financeiras					
Rio Casca Energética S.A	(i)	-	-	5.526	12.562
Nota 24		-	-	5.526	12.562

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com partes relacionadas--Continuação

<u>Custo</u>		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
Compra de energia	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Água Clara Energética S.A.	(i)	-	-	-	-
Alex I Energia SPE S.A.	(i)	-	-	(131)	-
Alex X Energia SPE S.A.	(i)	-	-	(131)	-
Alex III Energia SPE S.A.	(i)	-	-	(131)	-
Alex IV Energia SPE S.A.	(i)	-	-	(131)	-
Alex V Energia SPE S.A.	(i)	-	-	(131)	-
Alex VI Energia SPE S.A.	(i)	-	-	(131)	-
Alex VII Energia SPE S.A.	(i)	-	-	(131)	-
Alex VIII Energia SPE S.A.	(i)	-	-	(131)	-
Alex IX Energia SPE S.A.	(i)	-	-	(131)	-
Apollo Comercializadora Ltda.	(i)	-	-	-	(7.352)
Elera Gestão e Energia S.A.	(i)	-	-	(175.714)	(70.718)
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(i)	-	-	(624)	-
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(i)	-	-	(199)	-
Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A.	(i)	-	-	(2.541)	-
Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A.	(i)	-	-	(3.202)	-
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	(i)	-	-	(3.154)	-
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(i)	-	-	(3.737)	-
Geração Eólica Renascença II S.A.	(i)	-	-	(4.641)	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(i)	-	-	(25.305)	(12.030)
Galera Centrais Elétricas S.A.	(i)	-	-	(2.815)	(2.476)
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	(i)	-	-	(117)	-
Janaúba II Geração Solar Energia S.A.	(i)	-	-	(165)	-
Janaúba III Geração Solar Energia S.A.	(i)	-	-	(186)	-
Janaúba IV Geração Solar Energia S.A.	(i)	-	-	(167)	-
Janaúba IX Geração Solar Energia S.A.	(i)	-	-	(42)	-
Janaúba V Geração Solar Energia S.A.	(i)	-	-	(122)	-
Janaúba VI Geração Solar Energia S.A.	(i)	-	-	(90)	-
Janaúba VII Geração Solar Energia S.A.	(i)	-	-	(45)	-
Janaúba VIII Geração Solar Energia S.A.	(i)	-	-	(59)	-
Janaúba X Geração Solar Energia S.A.	(i)	-	-	(98)	-
PCH Zé Tunin S.A.	(i)	-	-	(7.179)	(4.188)
Phoenix Geração de Energia S.A.	(i)	-	-	(1.974)	-
Eólica Pontal 2A S.A.	(i)	-	-	(159)	-
São Luiz Energética S.A.	(i)	-	-	(937)	-
Savana Geração de Energia S.A.	(i)	-	-	(1.655)	-
Central Geradora Eólica Seridó I S.A.	(i)	-	-	(455)	-
Central Geradora Eólica Seridó II S.A.	(i)	-	-	(154)	-
Central Geradora Eólica Seridó III S.A.	(i)	-	-	(236)	-
Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.	(i)	-	-	(241)	-
Central Geradora Eólica Seridó IX S.A.	(i)	-	-	(473)	-
Central Geradora Eólica Seridó V S.A.	(i)	-	-	(55)	-
Central Geradora Eólica Seridó VI S.A.	(i)	-	-	(187)	-
Central Geradora Eólica Seridó X S.A.	(i)	-	-	(493)	-
Central Geradora Eólica Seridó XI S.A.	(i)	-	-	(501)	-
Central Geradora Eólica Seridó XII S.A.	(i)	-	-	(256)	-
SPE Cristina Energia S.A.	(i)	-	-	(394)	(95)
	Nota 22	-	-	(239.551)	(96.859)

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção, reembolso de despesas e outros;
- (b) Dividendos a serem recebidos das empresas controladas da Companhia;
- (c) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (d) Dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Companhia;
- (e) Operações de mútuos a pagar entre a Companhia e empresas do grupo;
- (f) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (g) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (h) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de operação e gestão da manutenção das usinas (PCHs e UHEs), possibilitando o cumprimento dos contratos de venda de energia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (i) Receitas financeiras resultantes dos mútuos em vigência entre a Companhia e outras empresas do grupo;
- (j) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Não há pessoal chave remunerado por meio da Companhia nos exercícios de 2024 e 2023.

27. Seguros

Controladas em operação

O Grupo tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade.

A apólice de seguro mantida pelo Grupo tem como proponente principal a Tangará Energética S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 450.000 (R\$ 620.000 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024 o total da cobertura assegurada para os bens administrativos do Grupo é de R\$ 13.873 (R\$ 37.238 em 31 de dezembro de 2023).

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	Controladora					
	2024			2023		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	50	-	50	-	68	68
Aplicações financeiras	-	1.857	1.857	-	-	-
Contas a receber	82	-	82	1.142	-	1.142
Dividendos a receber	32.318	-	32.318	76.028	-	76.028
	32.450	1.857	34.307	77.170	68	77.238

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros	Consolidado					
	2024			2023		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	30.776	-	30.776	17.354	-	17.354
Aplicações financeiras	-	210.970	210.970	-	64.932	64.932
Contas a receber	437.889	-	437.889	311.348	-	311.348
Dividendos a receber	9.329	-	9.329	9.456	-	9.456
Contratos de comercialização de energia	-	341.091	341.091	-	120.769	120.769
Depósitos restituíveis e valores vinculados	-	26.469	26.469	-	28.638	28.638
Uso do Bem Público - UBP	14.068	-	14.068	14.779	-	14.779
Ativo financeiro	17.907	-	17.907	17.907	-	17.907
	509.609	578.350	1.087.914	353.490	231.693	585.183

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Companhia são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	Controladora			
	2024		2023	
	Custo amortizado	A valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	A valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Contas a pagar	1.990	-	1.074	-
Dividendos a pagar	16.236	-	18.819	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	696
	18.226	-	19.893	696

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros	Consolidado							
	2024				2023			
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	A valor por meio de outros resultados abrangentes	Total	Custo amortizado	A valor por meio de resultado	A valor por meio de outros resultados abrangentes	Total
Contas a pagar	169.492	-	-	169.492	119.160	-	-	119.160
Arrendamento	40.433	-	-	40.433	23.585	-	-	23.585
Dividendos a pagar	31.034	-	-	31.034	40.780	-	-	40.780
Contratos de comercialização de energia	-	350.013	-	350.013	-	110.463	-	110.463
Empréstimos, financiamentos	1.992.854	-	-	1.992.854	1.739.808	-	-	1.739.808
Instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	696	696
Uso do Bem Público - UBP	10.332	-	-	10.332	10.498	-	-	10.498
	2.244.145	350.013	2.594.158	2.244.145	1.933.831	110.463	696	2.044.99

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Companhia, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

As controladas indiretas da Companhia possuem contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira. Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, as controladas indiretas da Companhia efetuam avaliações financeiras, requisitam garantias financeiras e executam o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Companhia entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas da Companhia, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, para as empresas repactuadas a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização. Para as empresas não repactuadas, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados. Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vi) *Risco hidrológico--Continuação*

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que as controladas indiretas da Companhia tenham que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, as controladas indiretas da Companhia tiveram duas opções: a adesão ao programa de repactuação do risco hidrológico, aonde o risco hidrológico foi repassado para os consumidores de energia ou o controle do nível de contratação, que visa minimizar a exposição ao mercado de curto prazo.

vii) *Risco de não renovação da autorização e concessão*

As controladas indiretas da Companhia detêm outorgas de concessão e autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos. Para as usinas que possuem concessão, de acordo com o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 9.074/1995, têm a prerrogativa de solicitar prorrogação por um período de 20 anos, por terem sido outorgadas anteriormente a 11 de dezembro de 2003.

Para as usinas que possuem autorização, os critérios para renovação de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019. A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs). No entanto, a renovação é a critério do Poder Concedente, não havendo confirmação por nossa parte se a prorrogação será concedida de fato, nem em quais condições.

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco de não renovação da autorização e concessão*

O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei 14.120, de 01 de março de 2021, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de concessão e autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para as controladas indiretas da Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

viii) *Risco de preços de energia*

Os contratos de compra e venda de energia elétrica são firmados para curto e longo prazo. Desta forma, a Brookfield Energia Comercializadora Ltda., controlada direta da Companhia, fica exposta a variações de preço de energia – em especial do PLD (“Preço de Liquidação das Diferenças”) para atender a esses compromissos, o que inclui ainda o risco de preço entre sub mercados, o que pode afetar de forma negativa seus resultados operacionais e sua condição financeira.

A Companhia possui uma política de gestão de risco e uma política de compra e venda de energia que definem as diretrizes e processos para controle e mitigação desses riscos.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% e 50% indicando a deterioração na situação financeira mediante o incremento na Curva Forward, sobre a parcela dos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica afetada, após o impacto da marcação a mercado. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro antes dos tributos é afetado pelos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica sujeitos a volatilidade da curva futura de energia, conforme demonstrado abaixo:

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

Instrumentos financeiros	Exposição (R\$ mil)	Cenário I (Variação de 25%)	Cenário II (Variação de 50%)
Risco: Alta PLD			
Contratos futuros de energia - Compra	(350.013)	(437.616)	(525.019)
Contratos futuros de energia – Venda	341.091	426.353	511.636
Total Líquido – Cenário Alta PLD	(8.922)	(11.153)	(13.383)

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Cenário I (Variação de 25%)	Cenário II (Variação de 50%)
Risco: Baixa PLD			
Contratos futuros de energia - Compra	(350.013)	(262.510)	(175.007)
Contratos futuros de energia – Venda	341.091	255.818	170.546
Total Líquido – Cenário Baixa PLD	(8.922)	(6.692)	(4.461)

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2024 e de 2023, a controlada indireta Brookfield Energia Comercializadora Ltda. negociou com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de obter ganho financeiro sobre as diferenças de preço futuro entre operações de compra e venda de energia, bem como hedge de fluxo de caixa como objetivo da proteção a exposição a variação cambial da dívida captada em moeda estrangeira.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As transações financeiras ocorridas entre ativos e passivos usuais são pertinentes às suas atividades econômicas.

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos. Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus respectivos valores de mercado.

Instrumentos financeiros derivativo	Taxa de juros	2024	2023
Instrumento financeiro derivativo – ponta ativa	USD + 7,724%	-	(1.469)
Instrumento financeiro derivativo – ponta passiva	CDI + 1,20%	-	2.165
		-	696

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 30 de maio de 2025